**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

# ESTILOS DE SOCIALIZAÇÃO PARENTAL, ORIENTAÇÃO PARA O PERDÃO E SUAS RELAÇÕES COM O AJUSTAMENTO PSICOSSOCIAL NA JUVENTUDE E VIDA ADULTA

**Thiago Francisco de Andrade**

**João Pessoa – PB**
**Março de 2019**

**Thiago Francisco de Andrade**

# ESTILOS DE SOCIALIZAÇÃO PARENTAL, ORIENTAÇÃO PARA O PERDÃO E SUAS RELAÇÕES COM O AJUSTAMENTO PSICOSSOCIAL NA JUVENTUDE E VIDA ADULTA

**Orientador: Prof. Dr. Júlio Rique Neto**

**João Pessoa – PB**
**Março de 2019**

**Catalogação na publicação**
**Seção de Catalogação e Classificação**

A553e Andrade, Thiago Francisco de.
Estilos de Socialização Parental, Orientação para o Perdão e Suas Relações com o Ajustamento Psicossocial na Juventude e Vida Adulta / Thiago Francisco de Andrade. - João Pessoa, 2019.
126 f.

Orientação: Júlio Rique Neto.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Socialização, perdão, ajustamento, psicologia. I. Júlio Rique Neto. II. Título.

UFPB/CCHLA

Elaborado por - CRB-

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**
**DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

# ESTILOS DE SOCIALIZAÇÃO PARENTAL, ORIENTAÇÃO PARA O PERDÃO E SUAS RELAÇÕES COM O AJUSTAMENTO PSICOSSOCIAL NA JUVENTUDE E VIDA ADULTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

.

Por
Thiago Francisco de Andrade

**João Pessoa, PB**
**Março de 2019**

# ESTILOS DE SOCIALIZAÇÃO PARENTAL, ORIENTAÇÃO PARA O PERDÃO E SUAS RELAÇÕES COM O AJUSTAMENTO PSICOSSOCIAL NA JUVENTUDE E VIDA ADULTA

Thiago Francisco de Andrade

**Banca Avaliadora:**

**Prof. Dr. Júlio Rique Neto**
**UFPB, Orientador/Presidente da Banca**

**Profª. Drª. Ana Raquel Rosas Torres**
**UFPB, Avaliadora Interna**

**Profª. Drª. Eloá Losano de Abreu**
**UFPB, Avaliadora Interna**

**Prof. Dr. Pablo Vicente Mendes de Oliveira Queiroz**
**UFRN, Avaliador Externo**

**Prof. Dr. Frankleudo Luan de Lima-Silva**
**Avaliador Externo**

**João Pessoa, 28 de março de 2019**

*A todos aqueles que, vindo de onde eu vim, não tiveram as mesmas oportunidades que eu tive.*

*Pode-se tirar tudo de um homem exceto uma coisa: a última das liberdades humanas – escolher a sua própria atitude em qualquer circunstância, escolher o próprio caminho*.

Viktor Emil Frankl

# ESTILOS DE SOCIALIZAÇÃO PARENTAL, ORIENTAÇÃO PARA O PERDÃO E SUAS RELAÇÕES COM O AJUSTAMENTO PSICOSSOCIAL NA JUVENTUDE E VIDA ADULTA

**RESUMO**. Estudos em diferentes culturas têm apontado para o papel central dos estilos de controle exercidos pelos pais no desenvolvimento psicossocial dos filhos. Considerado o protótipo da parentalidade, o estilo Autoritativo, caracterizado por elevados níveis de controle e consideração dos sentimentos e opiniões dos filhos tem sido associado a variáveis de ajustamento psicossocial e acadêmico dos filhos. Entretanto, evidências vêm sendo recolhidas apontando melhores indicadores de ajustamento entre os filhos de pais Indulgentes (baixo controle e elevada consideração), sobretudo em contextos latinoamericanos. Neste sentido, o presente estudo buscou identificar as relações entre os estilos de socialização empregados pelos pais e o ajustamento psicossocial positivo dos filhos, avaliado em termos de satisfação com a vida, felicidade subjetiva e sentido de vida. Ademais, buscou-se identificar em que medida os estilos parentais se relacionam com a transmissão de valores, especificamente a orientação para o perdão de ofensas interpessoais. Para tanto, foram realizados dois estudos empíricos independentes e integrativos. No Estudo 1, que contou com a participação de 80 estudantes universitários, predominantemente mulheres (91,3%) e com média de idade de 28 anos (DP = 9,78), buscou-se testar a validade ecológica do modelo quadripartido dos estilos de socialização (indulgente, negligente, autoritário e autoritativo). Uma análise de *clusters* com as práticas parentais elencadas na Escala de Socialização Parental na Adolescência (ESPA-29) permitiu classificar de forma satisfatória as respostas nos quatro estilos propostos pelo modelo original. No Estudo 2, que contou com a participação de 353 estudantes universitários, predominantemente do sexo feminino e com idade média de 23,9 anos (DP = 0,39), buscou-se investigar (a) as qualidades psicométricas de uma Escala de Orientação para o Perdão; (b) os efeitos dos estilos de socialização sobre a Orientação para o Perdão e (c) o impacto dos estilos parentais sobre os indicadores de ajustamento psicossocial (felicidade subjetiva, satisfação com a vida e sentido de vida). Como resultados, tem-se que a Escala de Orientação para o Perdão, nas suas duas formas (concordância com o perdão e atitude para o perdão) apresentou estrutura unifatorial com bons índices psicométricos. O estudo dos efeitos dos estilos de socialização sobre as demais variáveis, por meio de MANOVAs, mostrou que somente o estilo negligente apresentou efeitos significativos sobre o ajustamento psicossocial (sentido de vida e satisfação com a vida), não tendo sido encontrados efeitos dos estilos parentais sobre a orientação para o perdão. As implicações dos achados e uma discussão sobre o poder estatístico como possível explicação para os achados não significativos são apresentados.

**Palavras-chave**: socialização, perdão, ajustamento, psicologia positiva.

# PARENTING STYLES, GUIDANCE FOR FORGIVENESS, AND THEIR RELATION TO PSYCHOSOCIAL ADJUSTMENT IN YOUTH AND ADULTHOOD

**ABSTRACT:** Studies in different cultures have pointed to the central role of control styles exercised by parents in the psychosocial development of their children. Considered as the prototype of parenting, the authoritative style, characterized by high levels of control and consideration of the feelings and opinions of the children, has been associated with variables of psychosocial and academic adjustment of the children. However, evidence has been collected indicating better adjustment indicators among the children of indulgent parents (low control and high regard), especially in Latin American contexts. In this sense, the present study sought to identify the relationships between the styles of socialization employed by the parents and the positive psychosocial adjustment of the children, evaluated in terms of satisfaction with life, subjective happiness and meaning in life. In addition, we sought to identify to what extent parental styles relate to the transmission of values, specifically the orientation for the forgiveness of interpersonal offenses. For this, two independent and integrative empirical studies were performed. In Study 1, which was attended by 80 university students, predominantly women (91.3%) and with a mean age of 28 years (SD = 9.78), the objective was to test the ecological validity of the four styles model of socialization (indulgent, negligent, authoritarian and authoritative). A cluster analysis of the parental practices listed in the Scale of Parental Socialization in Adolescence (ESPA-29) allowed to classify satisfactorily the answers in the four styles proposed by the original model. In Study 2, which was attended by 353 university students, predominantly female and with a mean age of 23.9 years (SD = 0.39), we sought to investigate (a) the psychometric qualities of a Guidance Scale to Forgiveness; (b) the effects of socialization styles on the Guidance for Forgiveness, and (c) the impact of parental styles on indicators of psychosocial adjustment (subjective happiness, life satisfaction, and sense of life). As a result, the Orientation Scale for Forgiveness, in its two forms (agreement with forgiveness and attitude for forgiveness), showed a single factor structure with good psychometric indexes. The study of the effects of socialization styles on the other variables, through MANOVAs, showed that only the negligent style had significant effects on the psychosocial adjustment (meaning in life and satisfaction with life), and no effects of parental styles were found about guidance for forgiveness. The implications of the findings and a discussion of statistical power as a possible explanation for non-significant findings are presented.

**Keywords**: socialization, forgiveness, adjustment, positive psychology.

# ESTILOS DE SOCIALIZACIÓN PARENTAL, ORIENTACIÓN HACIA EL PERDÓN Y SUS RELACIONES CON EL AJUSTE PSICOSOCIAL EN LA JUVENTUD Y LA VIDA ADULTA

**RESUMEN**. Los estudios en diferentes culturas han apuntado al papel central de los estilos de control ejercidos por los padres en el desarrollo psicosocial de los hijos. Considerado el prototipo de la parentalidad, el estilo autoritario, caracterizado por altos niveles de control y consideración de los sentimientos y opiniones de los hijos ha sido asociado a variables de ajuste psicosocial y académico de los hijos. Sin embargo, evidencias vienen siendo recogidas apuntando mejores indicadores de ajuste entre los hijos de padres Indulgentes (bajo control y elevada consideración), sobre todo en contextos latinoamericanos. En este sentido, el presente estudio buscó identificar las relaciones entre los estilos de socialización empleados por los padres y el ajuste psicosocial positivo de los hijos, evaluado en términos de satisfacción con la vida, felicidad subjetiva y sentido de vida. Además, se buscó identificar en qué medida los estilos parentales se relacionan con la transmisión de valores, específicamente la orientación para el perdón de ofensas interpersonales. Para ello, se realizaron dos estudios empíricos independientes e integrativos. En el estudio 1, que contó con la participación de 80 estudiantes universitarios, predominantemente mujeres (91,3%) y con promedio de edad de 28 años (DP = 9,78), se buscó probar la validez ecológica del modelo cuatripartito de los estilos de socialización (indulgente, negligente, autoritario y autoritativo). Un análisis de clusters con las prácticas parentales enumeradas en la Escala de Socialización Parental en la Adolescencia (ESPA-29) permitió clasificar de forma satisfactoria las respuestas en los cuatro estilos propuestos por el modelo original. En el estudio 2, que contó con la participación de 353 estudiantes universitarios, predominantemente femeninos y con edad media de 23,9 años (DP = 0,39), se buscó investigar las cualidades psicométricas de una Escala de Orientación para el Perdón; (b) los efectos de los estilos de socialización sobre la Orientación al Perdón y (c) el impacto de los estilos parentales sobre los indicadores de ajuste psicosocial (felicidad subjetiva, satisfacción con la vida y sentido de la vida). Como resultados, se tiene que la Escala de Orientación para el Perdón, en sus dos formas (concordancia con el perdón y actitud hacia el perdón) presentó una estructura de relaciones con un buen índice psicométrico. El estudio de los efectos de los estilos de socialización sobre las demás variables, por medio de MANOVAs, mostró que sólo el estilo negligente presentó efectos significativos sobre el ajuste psicosocial (sentido de vida y satisfacción con la vida), no habiéndose encontrado efectos de los estilos parentales sobre la orientación hacia el perdón. Las implicaciones de los hallazgos y una discusión sobre el poder estadístico como posible explicación para los hallazgos no significativos se presentan.

**Palabras clave**: socialización, perdón, ajuste, psicología positiva.

**SUMÁRIO**

LISTA DE FIGURAS……..……... 14
LISTA DE TABELAS……..…….…. 15
INTRODUÇÃO…..…… 16
**PARTE I - MARCO TEÓRICO**…….…… 20
**CAPÍTULO 1. SOCIALIZAÇÃO PARENTAL: MODELOS, ESTUDOS E SUA RELAÇÃO COM INDICADORES DE AJUSTAMENTO PSICOSSOCIAL**..... 21
Socialização Parental..... 21
Estilos Parentais e Práticas Parentais..... 23
A Socialização das Emoções e Valores..... 26
Estilos de Socialização Parental e Ajustamento Psicossocial dos Filhos..... 28
**CAPÍTULO 2. PERDÃO INTERPESSOAL: TEORIAS E ACHADOS DE ESTUDOS EMPÍRICOS**..... 33
A Teoria do Perdão Interpessoal de Robert Enright..... 36
*O modelo atitudinal do perdão*..... 37
*O modelo do processo do perdão*..... 37
*O modelo sociocognitivo do perdão*..... 40
Perdão Interpessoal: Revisão Bibliográfica..... 41
*Os riscos do perdão*..... 41
*Perdão e saúde*..... 42
*Perdão e qualidade dos relacionamentos*..... 45
Perdão, variáveis sociodemográficas e diferenças individuais..... 48
Perdão e Orientação para o Perdão..... 51
Socialização Parental e Orientação para o Perdão..... 54
**CAPÍTULO 3. AJUSTAMENTO PSICOSSOCIAL POSITIVO: CONCEITOS E TEORIAS**..... 55
Felicidade Subjetiva..... 57
Bem-Estar Subjetivo..... 60
Satisfação com a Vida..... 61
Sentido de Vida..... 62
**PARTE II - ESTUDOS EMPÍRICOS**..... 69

**ESTUDO 1. VALIDADE ECOLÓGICA DO MODELO QUADRIPARTIDO DOS ESTILOS DE SOCIALIZAÇÃO PARENTAL EM UMA AMOSTRA LOCAL**..... 70
Método..... 70
Resultados..... 71
Discussão Parcial..... 73
**ESTUDO 2. ESTILOS DE SOCIALIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO PARA O PERDÃO E INDICADORES DE AJUSTAMENTO PSICOSSOCIAL DE JOVENS ADULTOS**..... 77
Método..... 77
Resultados..... 81
Discussão Parcial..... 90
**6. DISCUSSÃO GERAL**..... 93
**7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**..... 99
**REFERÊNCIAS**..... 102
**ANEXOS**.....

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1** Modelo da Vontade de Sentido..... 66

**Figura 2** *Scree Plot* da Análise Fatorial Exploratória da Escala de Concordância com o Perdão..... 82

**Figura 3** *Scree Plot* da Análise Fatorial Exploratória da Escala de Atitude para o Perdão..... 83

## LISTA DE TABELAS


| | | |
|---|---|---|
| Tabela 1.1 | Estatísticas Descritivas para as Práticas Parentais e Dimensões da ESPA-29 (N = 80)..... | 71 |
| Tabela 1.2 | Médias (centroides) e Frequências para cada um dos Quatro Estilos de Socialização (N = 80)..... | 73 |
| Tabela 2.1 | Estatísticas Descritivas dos Dados Sociodemográficos dos Participantes..... | 81 |
| Tabela 2.2 | Cargas Fatoriais e Coeficientes de Comunalidade dos Itens das Escalas de Concordância e Atitude Para o Perdão..... | 84 |
| Tabela 2.3 | Estatísticas Descritivas e Correlação de Pearson entre as Subescalas de Orientação Para o Perdão..... | 85 |
| Tabela 2.4 | Estatísticas Descritivas para as Práticas Parentais e Dimensões da ESPA-29 (N = 352)..... | 85 |
| Tabela 2.5 | Médias (centroides) e Frequências para cada um dos Quatro Estilos de Socialização (N = 352)..... | 86 |
| Tabela 2.6 | Estatísticas Descritivas dos Indicadores de Ajustamento Psicossocial..... | 87 |
| Tabela 2.7 | Correlações de Pearson (Diagonal Superior) e Significâncias das Correlações (Diagonal Inferior) entre as Medidas de Ajustamento Psicossocial..... | 88 |
| Tabela 2.8 | Estatísticas Univariadas e Multivariadas dos Efeitos dos Estilos de Socialização sobre os Indicadores de Ajustamento Psicossocial..... | 89 |
| Tabela 2.9 | Estatísticas Univariadas e Multivariadas dos Efeitos dos Estilos de Socialização sobre as Subescalas de Orientação para o Perdão..... | 90 |
| Tabela 2.10 | Estimativas do Valor Crítico da Estatística F e do Poder Estatístico para os Modelos MANOVA com Duas e Quatro Variáveis Dependentes..... | 97 |

# INTRODUÇÃO

> Um adolescente e um homem encapuzados atacaram a Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (SP), na manhã desta quarta-feira (13) e mataram sete pessoas, sendo cinco alunos e duas funcionárias do colégio. Em seguida, um dos assassinos atirou no comparsa e, então, se suicidou. Pouco antes do massacre, a dupla havia matado o proprietário de uma loja da região.
>
> Os assassinos – Guilherme Taucci Monteiro, de 17 anos, e Luiz Henrique de Castro, de 25 – eram ex-alunos do colégio. A investigação aponta que, depois do ataque, ainda dentro da escola, o mais novo matou o mais velho e, em seguida, se suicidou. A polícia diz que os dois tinham um "pacto" segundo o qual cometeriam o crime e depois se suicidariam.
>
> Um terceiro adolescente foi apreendido e internado provisoriamente na Fundação Casa por 45 dias. Para a polícia, ele foi um dos mentores do crime bárbaro. A polícia e o Ministério Público tentam identificar se mais pessoas estão envolvidas no massacre.
>
> Cinco dos mortos são alunos do ensino médio, com idade entre 15 e 17 anos, de acordo com o secretário de Segurança Pública de SP. Entre as vítimas, há ainda duas funcionárias do colégio, uma delas a coordenadora. O dono de uma locadora de veículos próximo ao local, que era tio de um dos assassinos, foi morto pouco antes do ataque.
>
> Também há registro de 11 feridos.
>
> Retirado de <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/03/13/tiros-deixam-feridos-em-escola-de-suzano.ghtml> Acesso em 24 de março de 2019, 09:49.

A notícia reproduzida acima, referente a uma crise ocorrida nos últimos dias no município de Suzano, no Estado de São Paulo, repercutiu em todo o mundo. Ataques com atiradores em escolas, um problema crítico nos Estados Unidos, eram praticamente inexistentes no Brasil até pouco tempo atrás. O massacre traz à tona temas como violência nas escolas, *bullying*, jogos violentos e o papel da educação proporcionada pelos pais. Fato é que uma situação como a ocorrida em Suzano leva ao questionamento sobre os possíveis motivos que levam os adolescentes a adotarem comportamentos disruptivos e socialmente desajustados, chegando ao extremo de ceifar várias vidas inocentes.

É praticamente impossível não associar o caso de Suzano ao mundialmente conhecido massacre de Columbine. Em 20 de abril de 1999, Eric Harris (18 anos) e Dylan Klebold (17 anos) adentraram as dependências da *Columbine High School*, na cidade de Columbine, Colorado, e mataram 13 pessoas a tiros. O crime, que foi planejado com meses de

antecedência, contou com um requintado esquema que incluía explosivos e dispositivos para repelir a investida dos órgãos de segurança. Como em Suzano, os dois atiradores eram ex-alunos do colégio e cometeram suicídio após matarem suas vítimas. O massacre de Columbine ganhou repercussão e gerou diversas discussões e a criação de políticas sobre *bullying*, legislação sobre armas etc. Após o ocorrido, várias investigações, nos campos policial e psiquiátrico, buscaram compreender as motivações para o crime. O denominador comum entre as investigações é que se tratava de dois adolescentes psicologicamente perturbados, os quais eram constantemente vítimas de *bullying*, apresentavam sintomas depressivos e possuíam uma dificuldade geral em adaptar-se ao convívio social, não obstante sua inteligência acima da média.

O que tudo isso tem a ver com a discussão aqui proposta?

Muitos estudos têm abordado as consequências da educação parental sobre o desenvolvimento psicossocial dos filhos (Darling & Steinberg, 1993; Becoña, Martínez, Calafat, Juan, Fernández-Hermida & Secades-Villa, 2012; García & Gracia, 2009; Lobera, Ríos & Casals, 2011). Como evidência geral, tem-se encontrado que a incidência de sintomas depressivos, ansiedade, baixa autoestima, desempenho acadêmico pobre, uso de substâncias psicoativas, transtornos alimentares, *bullying* e comportamentos disruptivos, entre outros indicadores de mau ajustamento psicossocial, recebem influência direta e decisiva dos padrões educativos e das formas de relação estabelecidas entre pais e filhos na educação doméstica. Os estudos também têm demonstrado que os padrões de socialização adotados pelos pais funcionam como fatores de proteção e de promoção da saúde mental e bem-estar psicológico dos filhos, principalmente quando esses padrões são caracterizados pelo diálogo e o exercício racional e razoável da disciplina parental (Blondal & Adalbjarnardottir, 2009; Carneiro & Oliveira, 2013; Piko & Balázs, 2012).

Uma vez que a maioria dos estudos tem focado nas consequências negativas dos padrões de socialização parental sobre o desenvolvimento afetivo e psicossocial dos filhos, propõe-se, nesta tese, um viés diferente. Baseado em princípios da Psicologia Positiva (Seligman, 2004; Seligman & Csikszentmihalyi, 2000), este trabalho de doutorado busca relacionar os estilos de socialização empregados pelos pais ao desenvolvimento saudável e positivo dos filhos. Para tanto, utiliza as categorias Satisfação com a Vida, Felicidade Subjetiva e Sentido de Vida como variáveis-resposta e indicadores do ajustamento psicossocial *positivo*.

Entende-se Satisfação com a Vida como a autoavaliação positiva da própria vida com base em um critério ou ideal pré-estabelecido. Trata-se, portanto, de uma avaliação comparativa, relativamente estável, sobre as realizações pessoais, tanto em nível global da vida quanto referentes a domínios específicos (*e.g.* relações sociais, carreira etc.). Por sua vez, a Felicidade Subjetiva refere-se a uma sensação de bem-estar geral, não necessariamente atrelada a um ideal comparativo. O Sentido de Vida, por fim, refere-se a possuir uma consciência sobre seus propósitos e atribuir significado existencial às circunstâncias da sua vida.

Paralelamente, este trabalho busca elucidar as relações entre os estilos de socialização e o desenvolvimento de valores, especialmente o perdão. As práticas de afeto e controle parental envolvem a modelagem de comportamentos e atitudes dos filhos, inclusive suas *atitudes* e expressão de afetos. A forma como os pais reagem às expressões afetivas de seus filhos exerce impacto substancial na forma como serão desenvolvidos os valores indispensáveis ao convívio social posterior (ex.: tolerância, compaixão etc.). Ainda, a competência emocional dos filhos é influenciada pelos julgamentos parentais e sua consequente atitude em relação à própria habilidade de seus filhos lidarem com as emoções (Eisenberg, Cumberland & Spinrad, 1998). Filhos de pais que praticam o diálogo e a

disciplina racional tendem a possuir um raciocínio moral qualitativamente mais elevado (Moraes, Camino, Costa, Camino & Cruz, 2007). Com base em tais evidências, buscar-se-á, ao longo deste estudo, estabelecer as relações entre os estilos de socialização parental e a orientação para o perdão de ofensas interpessoais. Baseado nos modelos sobre o perdão propostos por Enright e seus colaboradores, buscou-se discutir a categoria Orientação para o Perdão bem como situá-la em relação aos estilos parentais.

A presente Tese de doutoramento estrutura-se em duas partes: marco teórico e estudos empíricos. Na primeira parte, no Capítulo 1 são apresentados conceitos e modelos sobre a socialização parental, ao passo que são expostos resultados de uma revisão bibliográfica sobre o impacto da socialização parental sobre o desenvolvimento psicossocial dos filhos. O Capítulo 2 apresenta o tema do perdão interpessoal, trazendo o modelo teórico adotado na tese e um apanhado geral de estudos que relacionam o perdão a outros indicadores desenvolvimentais, além de ser apresentada a categoria Orientação para o Perdão. O Capítulo 3, de caráter complementar, traz uma apresentação geral dos construtos utilizados como índices do ajustamento psicossocial positivo.

Na Parte II – estudos empíricos, são apresentados dois estudos independentes e integrativos descritos na sequência. No Estudo 1 buscou-se analisar o ajuste de um modelo quadripartido para os estilos de socialização parental. Já o Estudo 2, o principal desta tese, traz os resultados das análises sobre o impacto dos estilos de socialização parental sobre os indicadores de ajustamento psicossocial positivo e a orientação para o perdão. Ao final de cada Estudo é apresentada uma discussão parcial de seus achados, e uma discussão geral é apresentada em seguida. Por fim, nas Considerações Finais são abordadas as limitações do estudo e alguns direcionamentos futuros para a pesquisa na área de socialização e desenvolvimento psicossocial.

# PARTE I

# MARCO TEÓRICO

# CAPÍTULO 1

# SOCIALIZAÇÃO PARENTAL: MODELOS, ESTUDOS E SUA RELAÇÃO COM INDICADORES DE AJUSTAMENTO PSICOSSOCIAL

## Socialização Parental

Os estudos sobre a influência de comportamentos e atitudes parentais sobre o desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças marcou a Psicologia do Desenvolvimento nas primeiras décadas do séc. XX. As teorias em voga, especialmente a Psicanálise e as Teorias da Aprendizagem dedicaram-se à busca de explicações sobre os mecanismos por meio dos quais as práticas e atitudes parentais repercutem no ajustamento e adaptação das crianças ao meio social (Darling & Steinberg, 1993). Apesar desse interesse comum a diferentes perspectivas, enquanto os teóricos da aprendizagem estavam implicados em descrever como as diferenças individuais no desenvolvimento psicossocial se relacionavam com o ambiente social de aprendizagem, incluindo as práticas parentais de controle e contingenciamento, estudiosos de base psicanalítica estavam particularmente interessados em compreender como as relações afetivas entre pais e crianças repercutiam em seu posterior desenvolvimento psicossexual, psicossocial e afetivo.

O conjunto de atitudes, práticas parentais (e.g., acompanhar os filhos em suas atividades escolares) e expressão de afeto em relação às crianças constitue o que os autores denominam estilos parentais (Baumrind, 1966, 1971; Darling & Steinberg, 1993; Maccoby & Martin, 1983; Maccoby, 1992). Mesmo diante da diversidade de bases teóricas sobre as quais se fundaram os estudos sobre a parentalidade, os modelos heurísticos utilizadas pelos diferentes autores apresentam características comuns, especialmente relacionadas a duas principais dimensões: expressão de afetos e controle/disciplina.

A primeira dimensão – expressão do afeto – tem sido consensualmente relacionada positivamente ao desenvolvimento de crianças maduras, responsáveis, emocionalmente estáveis e academicamente bem-sucedidas (Darling & Steinberg, 1993). Essas crianças são, em sua maioria, oriundas de lares nos quais a expressão de afeto e a comunicação clara são características dos pais e refletidas na relação pais-criança. A segunda dimensão – controle – que a princípio referia-se basicamente ao uso de punições e explicações, vem recebendo uma conotação diferente desde os estudos de Baumrind (1966), que define o controle como algo distinto da mera restritividade e relacionado à tentativa dos pais integrarem seus filhos à família e à sociedade por meio da adoção de comportamentos desejáveis. De fato, Baumrind (1971) definiu esta última dimensão como a principal e mais geral das funções parentais. O controle parental, assim, assumiria basicamente três diferentes configurações: permissivo, autoritário e autoritativo, configurando o modelo tripartite dos estilos parentais (Baumrind, 1971; Darling & Steinberg, 1993).

O padrão parental permissivo foi identificado por Baumrind (1971) entre pais cujo comportamento caracteriza-se pela ausência de controle, demandas e expressão de afeto. Os pais autoritários, por sua vez, demonstram pouco apego e expressão de afetos positivos, embora exerçam controle e demandas aos seus filhos. Os pais autoritativos, por fim, apresentam uma combinação de práticas que envolvem o controle e a demanda, associados à receptividade em relação às próprias necessidades da criança e aberta expressão de afetos. O modelo tripartido permissivo-autoritário-autoritativo proposto por Baumrind, por basear-se em padrões naturalmente ocorrentes nas famílias estudadas (Baumrind, 1966, 1971), apresenta como vantagem, sobre modelos prévios, sua validade heurística e ecológica, recebendo suporte empírico em estudos posteriores (Darling & Steinberg, 1993).

Mais recentemente, Maccoby (Maccoby & Martin, 1983; Maccoby, 1992) propôs uma revisão do modelo tripartido, defendendo o estudo dos estilos de socialização por meio do

cruzamento de duas dimensões parentais ortogonais: responsividade e exigência (*demandingness*) – similares respectivamente às dimensões expressão de afeto e controle, definidas por Baumrind. Ao cruzar as duas dimensões na definição dos estilos parentais, Maccoby propôs a subdivisão do estilo permissivo em dois subtipos, denominados negligente e indulgente. Pais autoritativos apresentam altos níveis de responsividade e exigência; pais autoritários apresentam alto grau de exigência e baixa responsividade; pais permissivos apresentam baixos escores em ambas as dimensões, enquanto os pais indulgentes apresentam alto grau de responsividade e baixa exigência.

Este novo modelo vem sendo empregado em diversos estudos, tendo recebido indícios de validade ecológica em contextos mais amplos do que aqueles investigados por Baumrind (Garaigordobil & Aliri, 2012; García & Gracia, 2009; Martínez, Fuentes, García, & Madrid, 2013; Martínez, García, & Yubero, 2007; Moraes et al., 2007; Musitu & García, 2005).

Uma vez apresentados os modelos tripartide e quadripartido de estilos parentais, na perspectiva dos estudos em socialização parental, faz-se necessário diferenciá-los do conceito de práticas parentais, a ser realizado no tópico a seguir.

## Estilos Parentais e Práticas Parentais

Darling e Steinberg (1993), em exaustiva revisão histórica, debruçaram-se na investigação das consequências da parentalidade no desenvolvimento humano, em especial na infância. Os autores pontuaram a relevância de estabelecer uma diferenciação clara entre o que vem a ser “estilos” e “práticas” parentais.

Estilo parental ultrapassa o arranjo entre exigência e responsividade, representa o contexto em que os pais exercem influência sobre seus filhos, por meio de suas práticas, permeadas por crenças e valores pessoais. Desta forma, tais estilos envolvem um conjunto de atitudes parentais que forjam um clima emocional entre pais e filhos, em meio ao qual os pais

expressam seus comportamentos baseados em objetivos, entre os quais estão incluídas as práticas parentais, a exemplo: tom de voz, linguagem corporal e variação de humor (Darling & Steinberg, 1993).

Os pais são importantes agentes de socialização na vida dos filhos e para cumprir este papel recorrem a distintas estratégias e técnicas, a fim de nortear as manifestações comportamentais de suas crias. Tais estratégias de socialização parental compreendem um conjunto de comportamentos que recebem diferentes denominações na literatura: práticas educativas parentais, práticas parentais, práticas educativas, práticas de cuidados, cuidados parentais. (Alvarenga & Piccinini, 2001; Macarini, Martins, Minetto & Vieira, 2010).

De modo geral, as práticas parentais dizem respeito a comportamentos orientados por conteúdos específicos, com o propósito de socialização. Podem ser aplicadas tanto com o intuito de desencorajar comportamentos considerados impróprios, quanto de motivar a incidência de comportamentos adequados. Os pais podem combiná-las de forma estratégica, a depender do contexto e das circunstâncias e elas podem ter implicações em diferentes domínios, como o acadêmico, social e afetivo. Nesse sentido, práticas parentais distintas podem ser equivalentes em se tratando de um mesmo resultado (Alvarenga & Piccinini, 2001; Hart, Nelson, Robinson, Olsen & McNeilly-Choque, 1998; Weber, Prado, Viezzer & Brandenburg, 2004).

As práticas educativas parentais se dão num contexto de interação entre pais e filhos, no qual são apresentadas noções de disciplina necessárias à vida moral em sociedade. Segundo Hoffman (1975, 1994), as estratégias disciplinares parentais dividem-se em dois tipos: indutivas e coercitivas. Ambas têm uma função em comum, a de possibilitar aos pais transmitirem a seus filhos o desejo de que eles modifiquem seus comportamentos, assim como induzi-los a serem obedientes.

Para Hoffman (1994), as práticas indutivas têm um objetivo disciplinar, através das quais as crianças são estimuladas a ter ciência das implicações de seus comportamentos na vida de outras pessoas, incentivando-as a considerar os aspectos lógicos próprios do contexto. Esse exercício proporciona à criança a ponderação sobre suas ações e, consequentemente, sobre os porquês que amparam uma possível necessidade de mudança no seu modo de agir. Assim, é dada à criança a possibilidade de desenvolver certa autonomia, com a qual ela poderá exercer o controle sobre o seu próprio comportamento. De modo geral, esse tipo de práticas tende a contribuir para a internalização de padrões morais, por oportunizarem à criança deparar-se com as consequências de seus atos, incitando-as à reflexão.

Segundo Hoffman (1975, 1994), as práticas coercitivas envolvem o uso direto da força ou ameaça de uso, incluindo atitudes disciplinares que vão desde a punição física à privação de privilégios e afeto. Essas práticas possibilitam que as crianças, em virtude das reações punitivas de seus pais, tenham maior controle de seus comportamentos. Os efeitos emocionais oriundos de tais estratégias, como medo, raiva e ansiedade, podem confundir a criança em relação a determinada situação, dificultando a compreensão quanto à necessidade de modificação de seu comportamento. Nesse sentido, o controle que a criança tem sobre o seu comportamento passa a depender de intervenções externas, uma vez que não é exercitada a sua capacidade de compreensão das consequências de suas ações. Desta forma, as práticas coercitivas, ao contrário das indutivas, não facilitam a internalização de regras sociais e padrões morais. O uso recorrente da força coercitiva, além de não auxiliar no aprendizado de comportamentos adequados, tende a contribuir para que as crianças ajam por meio da coerção com seus pares.

Darling e Steinberg (1993) sugerem que o entendimento da forma como os componentes do estilo parental se articulam e impactam no desenvolvimento da criança, passa não só pela compreensão de como esse processo se dá no contexto familiar, mas antes

envolve a análise da cultura, classe social e composição familiar. Os autores sinalizam que tanto as práticas quanto os estilos parentais recebem influência das crenças dos pais, relacionadas a valores e metas que eles têm para com os filhos. Assim, segundo os autores, antes de afirmar se determinada prática e/ou estilo parental é mais positivo que outro, é necessário levar em conta não apenas o contexto cultural no qual se insere a família, mas também os aspectos ambientais do referido contexto, como as condições físicas e sociais. Ainda segundo Darling e Steinberg (1993), ao passo que a criança vai se desenvolvendo, as práticas parentais e seus efeitos também se transformam.

**A Socialização das Emoções e Valores**

De particular importância para o presente estudo são os modos pelos quais os pais reagem, contingenciam e interpretam as manifestações emocionais de seus filhos. Estudos têm apontado a existência de efeitos de gênero sobre a socialização das emoções e das respostas afetivas das crianças em situações experimentais e naturais (Boucher, Lecours, Philippe & Arseneault, 2013; Cassano & Zeman, 2010; Chaplin, Cole, & Zahn-Waxler, 2005). Por exemplo, Boucher et al. (2013) descrevem que a falta de suporte e as atitudes parentais em relação à tristeza se relacionam ao desenvolvimento da depressão durante a fase adulta. Cassano e Zeman (2010), por sua vez, encontraram que os pais induzidos experimentalmente a crer que seus filhos possuíam pobres habilidades de administração da tristeza tendem a responder de forma menos construtiva e com menos suporte à expressão emocional dos filhos, especialmente quando o pai conversa com o filho sobre a tristeza. Resultados similares foram encontrados por Chaplin et al. (2005), os quais descrevem que as meninas receberam maior atenção do pai quando expressaram emoções relacionadas à submissão do que os meninos.

Eisenberg et al. (1998) defendem que as práticas e atitudes parentais exercem efeitos consideráveis sobre a competência emocional e social dos filhos. Atitudes negativas em

relação à expressão emocional dos filhos relacionam-se à falta de controle sobre emoções negativas e baixa competência social.

Camino, Camino e Moraes (2003) estudaram as relações entre práticas de socialização materna e o julgamento moral dos filhos. Os autores encontraram que as práticas de controle com foco tanto nas consequências intrínsecas quanto as consequências extrínsecas das ações dos filhos se relacionam positivamente ao seu julgamento moral. Posteriormente, Moraes et al. (2007) relacionaram os estilos de socialização dos pais aos valores endossados pelos filhos adolescentes. Como resultado, os autores observaram uma correlação positiva entre práticas e atitudes de aceitação e o endosso a valores considerados pós-materialistas. Correlações negativas foram encontradas entre esses valores e as dimensões displicência e coerção. De fato, conforme resultados do estudo anterior (Camino et al., 2003), as práticas de coerção atuam como dificultadoras da descentração sócio-moral. Em estudo com objetivos similares, Patrick e Gibbs (2012) investigaram as relações entre as práticas disciplinares maternas e a identidade moral de adolescentes. Os autores identificaram que as práticas indutivas relacionaram-se a maiores níveis de identidade moral entre os adolescentes, medida por meio da autoatribuição de características essencialmente morais ao autoconceito. Alternativamente, as técnicas de retirada e afeto e afirmação de poder não mostraram relação com o desenvolvimento da identidade moral. Ainda, Adams, Jones, Schvaneveldt e Jenson (1982) encontraram que o desenvolvimento da tomada de perspectiva de rapazes recebe influência de práticas de socialização, com diferenças em relação às condutas maternas (suporte e afeto físico) e paternas (suporte e controle). Em relação às moças, não foram encontradas associações entre o estilo parental percebido e os escores de tomada de perspectiva, embora elas apresentem maiores escores médios quando comparadas aos rapazes.

Considerando os resultados que apontam a existência de relações entre os estilos de socialização adotados pelos pais e indicadores do desenvolvimento de atitudes morais dos

filhos (Adams et al., 1982; Camino et al., 2003; Patrick & Gibbs, 2012), convém questionarmos que relações existem entre os estilos parentais e o desenvolvimento de atitudes moralmente mais avançadas ou mesmo superrogatórias, a exemplo do perdão. A esse respeito, o estudo de Santos (2014) buscou investigar as concepções de perdão endossadas por adolescentes brasileiros e os efeitos dos estilos de socialização materna sobre tais concepções. Como principal resultado, a autora encontrou que os filhos que perceberam suas mães como autoritativas tenderam a concordar com concepções de perdão moralmente mais avançadas. É importante salientar, entretanto, que o estudo de Santos (2014) limitou-se a avaliar as percepções dos adolescentes acerca das práticas de socialização materna, além de ter sua amostra majoritariamente composta por adolescentes do sexo feminino (67,7%).

**Estilos de Socialização Parental e Ajustamento Psicológico dos Filhos**

Os estilos parentais têm sido, desde muito tempo, relacionados à qualidade do desenvolvimento psicoafetivo dos filhos (Baumrind, 1966, 1971; Darling & Steinberg, 1993). Por exemplo, pais autoritativos – considerados o protótipo da parentalidade (Baumrind, 1971), estão associados ao desenvolvimento de filhos responsáveis, independentes, emocionalmente estáveis e maduros, enquanto os filhos de pais autoritários e negligentes tendem a ser mais dependentes, heterônomos e ter maior risco de envolvimento com comportamentos disruptivos, delinquência e uso de substâncias psicoativas (Becoña et al., 2012; García & Gracia, 2009), bem como o desenvolvimento de transtornos alimentares (Lobera et al., 2011). Numerosos estudos têm sido realizados com o objetivo de corroborar essas hipóteses e explicar os mecanismos pelos quais se dão essas relações.

Aunola, Stattin e Nurmi (2000), num estudo envolvendo 354 estudantes de 14 anos, encontraram que adolescentes oriundos de lares autoritativos tendem a apresentar melhores estratégias de estudo, representadas por menores índices de passividade, atividades não

relacionadas com o conteúdo e menor expectativa de fracasso quando comparados ao adolescentes de lares em que predomina o estilo negligente. Resultados semelhantes foram encontrados por Radziszewska, Richardson, Dent e Flay (1996).

Boeckel e Sarriera (2006) buscaram identificar correlações entre as estratégias educacionais, estilos atribucionais e bem-estar psicológico em universitários brasileiros. Os resultados encontrados indicaram que o estilo autoritativo está associado a elevados níveis de bem-estar. Segundo Furnham e Cheng (2000), mães autoritativas tendem a ter filhos com maior autoestima. Milevsky, Schlechter, Netter e Keehn (2006) apontam que filhos de mães autoritativas apresentam maior autoestima e satisfação com a vida, bem como menores níveis de depressão.

Granja e Mota (2018) testaram o papel dos estilos parentais no desenvolvimento da adaptação acadêmica e bem-estar psicológico em jovens adultos. Os resultados apontaram a existência de um efeito moderador do gênero dos pais, associado ao estilo parental autoritativo e à adaptação acadêmica. Também permitiram verificar que a adaptação acadêmica é predita positivamente pelo bem-estar psicológico, ou seja, a perceção de maior bem-estar psicológico configura um fator protetivo da adaptação acadêmica, na qual a perceção positiva está associada ao nível de felicidade, autoestima, envolvimento social, sociabilidade, domínio de si e equilíbrio.

Hutz e Bardagir (2006) investigaram a influência dos estilos parentais nos níveis de indecisão profissional, ansiedade e depressão em adolescentes. Os achados indicaram que filhos de pais autoritários e negligentes apresentaram maior índice de depressão e ansiedade. Não foram encontradas influências diretas dos estilos parentais na indecisão profissional, mas verificou-se que eles associam-se ao bem-estar psicológico dos adolescentes.

Em uma revisão dos estudos publicados nas últimas três décadas sobre as relações entre estilos parentais e o uso de drogas pelos filhos, Becoña et al. (2012) encontraram que o

estilo autoritativo é o que oferece maior proteção ao uso de drogas, enquanto o estilo negligente incrementa o risco de uso de substâncias psicoativas por parte dos filhos. De modo similar, Piko e Balázs (2012) encontraram que o estilo autoritativo funciona como fator de proteção aos hábitos de fumar e beber entre adolescentes húngaros.

Por outro lado, as interações familiares negativas parecem agir como fatores de risco para o consumo das substâncias. Blondal e Adalbjarnardottir (2009) encontraram que os jovens que caracterizaram seus pais como autoritativos aos 14 anos tiveram chances significantemente menores de abandonar a escola quando comparados àqueles de famílias caracterizadas em outros estilos. Filhos de pais autoritativos também apresentaram um maior repertório de habilidades sociais (Carneiro & Oliveira, 2013). Numa metanálise envolvendo 70 estudos ($n$ = 208.778), Lereya, Samara e Wolke (2013) investigaram as relações entre condutas parentais e o envolvimento dos filhos em comportamentos de *bullying* (vítima ou ofensor/vítima). Como principal resultado, os autores encontraram que os jovens que cometeram ou foram, ao mesmo tempo, vítimas e perpetradores do *bullying*, estiveram geralmente associados a condutas parentais de negligência. Por outro lado, pais que endossaram práticas de comunicação aberta, expressão de afeto positivo, suporte e supervisão – características do estilo autoritativo – serviram como fator de proteção contra a vitimização de colegas por parte de seus filhos.

Steinberg, Blatt-Eisengart e Cauffman (2006), num estudo com adolescentes acusados de terem cometido crimes graves, encontraram que aqueles que apontaram seus pais como autoritativos apresentaram melhores indicadores de desempenho acadêmico, maturidade e estresse. Por sua vez, os adolescentes provenientes de famílias negligentes tenderam a apresentar comportamentos disruptivos e níveis mais baixos de maturidade e sucesso escolar.

Como visto, grande parte dos estudos apontam o estilo parental autoritativo como o mais potencialmente benéfico ao ajustamento psicossocial dos filhos. No entanto, embora

Sorkhabi (2005) tenha encontrado que os estilos parentais descritos pela tipologia de Baumrind apresentam funcionamento similar entre diferentes culturas, autores têm alertado para o fato de a maioria dos estudos não levarem em consideração que diferentes configurações culturais podem levar a distintos padrões de relação entre estilos parentais e desfechos positivos dos filhos. Por exemplo, em culturas latinas, o estilo parental com o maior potencial para o ajustamento dos filhos parece ser o indulgente (Carlo, Mestre, Samper, Tur, & Armenta, 2010; García & Gracia, 2009; Martínez et al., 2013, 2007; Musitu & García, 2004).

Num estudo envolvendo uma amostra de 1.239 adolescentes brasileiros, Martínez et al. (2007) buscaram avaliar a relação entre os estilos de socialização (autoritativo, autoritário, negligente e indulgente) e cinco dimensões da autoestima: acadêmica, social, emocional, física e familiar. Como principais resultados, os adolescentes de lares autoritativos e indulgentes apresentaram maiores escores de autoestima acadêmica e social do que aqueles oriundos de famílias autoritárias e negligentes, embora não tenham sido encontradas diferenças entre os filhos de pais autoritativos e indulgentes nessas duas dimensões da autoestima. Os maiores escores de autoestima familiar foram encontrados entre os filhos de pais indulgentes, seguidos dos autoritativos; os filhos de famílias autoritárias apresentaram os menores escores de autoestima familiar. A autoestima física foi maior entre os filhos de pais indulgentes quando comparados aos demais estilos parentais.

Em estudo semelhante realizado na Espanha, García e Gracia (2009) ampliaram os indicadores de ajustamento psicológico, utilizando, além das cinco dimensões da autoestima, medidas de mal ajustamento psicossocial (*e.g.*, instabilidade emocional, visão de mundo negativa), competência pessoal (*e.g.*, número de reprovações na escola) e problemas comportamentais (*e.g.*, delinquência e uso de drogas). Os resultados apontaram que, de modo análogo ao encontrado anteriormente (Martínez et al., 2007), o estilo indulgente mostrou-se o

mais adequado à cultura espanhola, estando associado a escores iguais ou superiores aos das famílias autoritativas em todas as medidas empregadas (ver Musitu & García, 2005, para resultados similares). Em outro estudo, também na Espanha, o estilo indulgente se mostrou um fator de proteção ao uso de drogas, condutas delitivas e comportamentos disruptivos na escola, ao passo que o estilo autoritário mostrou-se um fator de risco para o surgimento desses comportamentos (Martínez et al., 2013). O desenvolvimento de condutas prossociais em adolescentes espanhóis também foi associado ao estilo materno indulgente no estudo longitudinal efetuado por Carlo et al. (2010).

Conforme mencionado anteriormente, e com base em achados de estudos empíricos, espera-se encontrar uma relação entre os estilos de socialização e atitudes referentes ao perdão. No Capítulo 2, serão apresentadas as teorias e achados empíricos sobre o perdão interpessoal.

# CAPÍTULO 2

# PERDÃO INTERPESSOAL: TEORIAS E ACHADOS DE ESTUDOS EMPÍRICOS

O perdão interpessoal tem sido objeto de crescente interesse científico, como demonstra o volume de publicações acerca do tema. Os estudos sobre o perdão interpessoal envolvem, em sua maioria, seus desdobramentos terapêuticos (Coyle & Enright, 1997; Fitzgibbons, 1986; Freedman & Enright, 1996; Hebl & Enright, 1993; Hope, 1987; Lin, Enright & Klatt, 2012; Park, Enright, Essex, Zahn-Waxler & Klatt, 2013), seu papel na manutenção da qualidade dos relacionamentos (Braithwaite, Selby & Fincham, 2011; Burnette & Franiuk, 2010; Fincham, Beach & Davila, 2004; Finkel, Rusbult, Kumashiro & Hannon, 2002; Gordon & Baucom, 1998; Paleari, Regalia & Fincham, 2005, 2009; Worthington & DiBlasio, 1990) e sua relação com indicadores de saúde e bem-estar (Larsen et al., 2012; Lawler et al., 2005; Toussaint, Owen & Cheadle, 2012; Toussaint, Williams, Musick & Everson, 2001; Toussaint & Webb, 2005; Waltman et al., 2009).

Apesar dos numerosos estudos sobre o tema, questões centrais acerca da natureza do perdão permanecem sem resposta, bem como não existe consenso na literatura sobre uma definição para o perdão (Hook et al., 2012; Kearns & Fincham, 2004). Entretanto, há certo consenso sobre o que o perdão *não* é (Rye et al., 2001). Neste sentido, Enright e The Human Development Study Group (1991) apontam de forma clara as diferenças entre o perdão e conceitos similares tais como perdão interpessoal, perdão legal, reconciliação e desculpas.

O perdão legal ocorre fora do plano interpessoal, em situações em que uma autoridade competente, baseada na jurisprudência, decide não aplicar ao infrator as sanções e punições cabíveis. Nestes casos, aquele que oferece o perdão legal não foi vítima da ofensa.

A desculpa, por sua vez, pode ser compreendida por meio de duas conotações: *condonation*, quando a vítima tenta negar o ressentimento causado pela injustiça e *excuse*,

quando a vítima busca ressignificar a injustiça e interpretá-la como um evento sem importância.

A reconciliação, por sua vez, consiste num processo comportamental, portanto externo, advindo da decisão de retomar a relação previamente estabelecida com o ofensor. O perdão pode levar à reconciliação, embora outras condições necessitem ser preenchidas (*e.g.*, mudanças comportamentais por parte do ofensor, pedidos de desculpas, restituições, etc.). Não obstante, perdão e reconciliação são muitas vezes pensados como elementos inseparáveis, tanto por parte da literatura quanto das pessoas leigas (Enright & The Human Development Study Group, 1991; Hook et al., 2012). O perdão envolve o reconhecimento da mágoa (que é negada na conotação *condonation*, embora seja um fato) e a subsequente atitude compassiva e de amor incondicional em relação ao ofensor (Enright & The Human Development Study Group, 1991).

Kearns e Fincham (2004) propõem que o perdão apresenta uma estrutura prototípica, contando com características consideradas centrais e outras de caráter mais periférico. Os autores puderam demonstrar por meio de vários estudos empíricos que, além dos estudiosos que se interessam pelo perdão, as pessoas leigas tendem a conceber um protótipo do que seja o perdão. Este protótipo, por sua vez, orienta o reconhecimento de características centrais do perdão quando da avaliação de uma situação de injustiça. Adicionalmente, Hook et al. (2012) investigaram as diferentes concepções de perdão entre leigos e observaram que, embora muitos concebam o perdão como um processo intrapessoal, a noção majoritária possuída pelas pessoas leigas envolve a reconciliação como um elemento fundamental para o perdão. A forma pela qual as pessoas compreendem e concebem o perdão mostrou-se diretamente associada à frequência com a qual as pessoas perdoam ou à disposição em oferecer o perdão (ver também Kearns & Fincham, 2004, para resultados semelhantes).

Sells e Hargrave (1998) afirmam que muitos teóricos concordam sobre uma característica do ato de perdoar: uma *decisão deliberada* de abrir mão da retaliação e/ou restituição quando se é vítima de uma injustiça. Os autores que defendem essa concepção de perdão concordam que perdoar envolve a decisão de abrir mão de afetos negativos como a raiva, vergonha, culpa e ressentimento, um processo que demanda tempo (Enright & Human Development Study Group, 1991; Enright, 1996; Fitzgibbons, 1986; Hope, 1987). Outros teóricos (*e.g.*, Enright & Human Development Study Group, 1991) contudo, defendem uma noção de perdão que vai além da diminuição dos afetos e cognições negativas, considerando necessária a existência ou o aumento na intensidade de afetos e cognições positivas em relação ao ofensor. Estes teóricos consideram que o perdão deve estar embasado numa orientação para a compaixão e a piedade. A noção defendida é a de que o perdão é um ato voluntário pelo qual o sujeito abre mão do seu próprio direito ao ressentimento e à retaliação, ao mesmo tempo em que busca nutrir a compaixão e o amor incondicional em direção ao autor da mágoa (Coyle & Enright, 1997; Enright & Human Development Study Group, 1991; Freedman & Enright, 1996; Hebl & Enright, 1993; Rique, Camino, Enright & Queiroz, 2007).

Os estudos mencionados acima lançaram mão de estratégias metodológicas e modelos teóricos diversos. Essas pesquisas têm sido desenvolvidas baseadas em três sistemas teóricos em especial: são eles o de Everett L. Worthinghton, Robert Enright e Michael McCullough. O levantamento efetuado por Abreu (2013) aponta esses como os três autores mais produtivos em termos de publicações acerca do perdão. Esta Tese toma como base a teoria de Enright e seus colaboradores, que será brevemente descrita na seção a seguir.

## A Teoria do Perdão Interpessoal de Robert Enright

O modelo teórico proposto por Enright tem sido empregado em diversos estudos, conforme comprova o volume de publicações do autor indexados na base *PsychNet* (N=62; Abreu, 2013). Enright (Enright & Human Development Study Group, 1991; Enright, 1996) situa o perdão na psicologia do desenvolvimento moral, afastando-se das propostas que atrelam o fenômeno quase exclusivamente aos traços de personalidade (McCullough & Hoyt, 2002; Steiner, Allemand & McCullough, 2012). O sistema teórico de Enright compreende três modelos, a saber, o modelo atitudinal do perdão, o modelo do processo do perdão e, por fim, o modelo sociocognitivo do perdão (Enright, Santos & Al-Mabuk, 1989; Enright & Human Development Study Group, 1991; Enright, 1996).

Todos eles estão atrelados à seguinte definição do perdão:

> Perdoar é uma atitude moral na qual uma pessoa considera abdicar do direito ao ressentimento, julgamentos negativos e comportamentos negativos para com outra pessoa que a ofendeu injustamente. E, ao mesmo tempo, nutrir a compaixão, a misericórdia, e possivelmente o amor para com o outro que a ofendeu (Enright, Freedman & Rique, 1998, *p*. 46-47).

Enright e The Human Development Study Group (1991) apontam dez características que constituem o perdão interpessoal. Para os autores, o perdão interpessoal (a) se dá somente no plano interpessoal, não abrangendo a relação entre pessoas e entidades inanimadas; (b) surge no contexto de uma mágoa pessoal, profunda e injusta, que pode abranger violência física, psicológica ou moral; (c) presume que a ofensa é um fato, não restringindo-se à percepção que dela se tem; (d) pressupõe que o sujeito que perdoa possui o senso de justiça, mesmo que a decisão de perdoar situe-se num plano diferente do da justiça; (e) entra em cena somente após a experiência da mágoa, raiva e ressentimento; (f) a busca pela retaliação tende a diminuir à medida que passa o tempo desde a ofensa; (g) não necessita que o perpetrador peça desculpas ou restitua a situação de injustiça; (h) não leva em consideração a intenção do perpetrador em causar a ofensa; (i) interage com variáveis como a intensidade da mágoa e a qualidade do relacionamento antes da injúria; e (j) não implica necessariamente um ofensor e

uma vítima, podendo dar-se o caso em que duas pessoas são, ao mesmo tempo, vítima e perpetrador (Enright & The Human Development Study Group, 1991; Fitzgibbons, 1986). Nas seções a seguir serão apresentadas as características de cada um dos três modelos sobre o perdão formulados por Enright.

**O modelo atitudinal do perdão.**

Uma das formas de conceber o perdão é na perspectiva atitudinal. Enright e seu grupo (Enright & The Human Development Study Group, 1991) propõem que o perdão é composto por três componentes característicos das atitudes: afetivo, cognitivo e comportamental. Conforme mencionado anteriormente, a forma como a pessoa responde a uma situação de ofensa depende da interpretação e reflexão que ele(a) oferece no contexto da injustiça. Nesse sentido, a avaliação cognitiva tende a ser primeira. Em segundo lugar, após a interpretação, são desencadeadas respostas afetivas, em geral afetos negativos como raiva e ressentimento, seguidos de respostas comportamentais.

O modelo das atitudes de Enright postula que o perdão consiste em mudanças nesses três componentes; a diminuição das cognições, afetos e comportamentos negativos, concomitante ao aumento dos afetos, cognições e comportamentos positivos em relação ao ofensor (Enright et al., 1998; Enright & Human Development Study Group, 1991).

**O modelo do processo do perdão.**

Enright e seus colaboradores (Enright & The Human Development Study Group, 1991) propuseram um modelo do processo pelo qual passaria a pessoa que perdoa. Esse modelo compreende as diversas fases entre a injustiça e o perdão, incluindo aspectos de natureza cognitiva e afetiva.

Tem sido repetidamente defendido (*e.g.*, Fitzgibbons, 1986; Hope, 1987) que a primeira resposta à ofensa é de natureza cognitiva, seguida do surgimento de emoções negativas como raiva e autoestima reduzida. A *experiência consciente* desses afetos negativos constituiria a primeira fase ou primeiro componente do processo. A reflexão serviria, por sua vez, como um motivador que geraria a *necessidade de resolução*, considerada a segunda fase ou componente. A terceira fase diz respeito à *decisão entre justiça e piedade*, em que o sujeito seria levado a escolher entre uma das duas estratégias de resolução; buscar a restituição, se levado pela justiça, ou agir com compaixão e perdão, caso decida agir com piedade. A probabilidade de escolher a estratégia de compaixão seria maior na medida em que o *motivo para o perdão* (componente 4) é mais ou menos forte. O quinto passo consiste na *decisão para o perdão*, um compromisso cognitivo que direciona os comportamentos, não obstante a possível presença de afetos e cognições negativas em relação ao perpetrador. A decisão de perdoar é seguida da *execução de estratégias internas de perdão* (componente 6), envolvendo o exercício da tomada de perspectiva do outro, o olhar compassivo e a nutrição de afetos e cognições positivas em relação ao perpetrador. De modo semelhante ao componente/fase 2, poderia surgir nesta etapa uma nova *necessidade de ação* que motivaria o indivíduo a lançar mão de estratégias comportamentais de reconciliação. Entretanto, a reconciliação não consiste numa condição necessária para o perdão; de fato, Enright e seus colaboradores defendem que, mesmo que não haja a reconciliação, o indivíduo estaria nesta etapa propenso à diminuição dos afetos e cognições negativas advindas da situação de mágoa (Enright & The Human Development Study Group, 1991). Convém mencionar que não se trata de estágios fixos pelos quais a pessoa necessariamente passaria, podendo haver diferenças na forma pela qual cada indivíduo realiza o processo.

O modelo do processo de perdoar tem sido testado em diversos estudos empíricos. Hebl e Enright (1993), por exemplo, procederam a uma intervenção baseada no perdão com

mulheres idosas cujo objetivo fora perdoar uma pessoa que tenha infligido uma mágoa considerada severa pelas próprias participantes. Quando comparadas a um grupo controle, as participantes apresentaram perfis de perdão significativamente superiores após oito semanas de tratamento. Ademais, as participantes da condição experimental apresentaram decréscimos significativos de depressão e ansiedade.

Posteriormente, Freedman e Enright (1996) realizaram um estudo similar, que contou com a participação de 12 mulheres vítimas de incesto. Os resultados da intervenção após um tempo médio de 14,3 meses, foram similares àqueles obtidos por Hebl e Enright (1993), com diminuição significativa da ansiedade e depressão, concomitante a um aumento no perdão e esperança.

Na mesma direção, um estudo de intervenção envolvendo dez homens autoidentificados como vítimas da decisão de suas parceiras de cometer aborto foi efetuado por Coyle e Enright (1997). Os participantes apresentaram aumento em suas respostas de perdão e redução significativa em indicadores de ansiedade e depressão, resultados que se mantiveram mesmo três meses após o período de terapia (para resultados semelhantes, ver Reed & Enright, 2006).

Apesar de os componentes do processo não constituírem uma sequência rígida, o modelo do processo do perdão apresenta características de um modelo desenvolvimental: 1) certos aspectos não são ensinados mas dependem de uma certa prontidão do sujeito; 2) as mudanças apresentam um padrão direcional em direção a uma meta – o perdão; 3) o final do processo é psicologicamente diferente de seu início; 4) à medida em que a pessoa perdoa, esta torna-se mais habilidosa em oferecer o perdão e 5) tende a oferecer o perdão de forma mais automatizada (Enright & The Human Development Study Group, 1991).

**O modelo sociocognitivo do perdão.**

As características desenvolvimentais estão ainda mais presentes no modelo sociocognitivo do perdão. Esse modelo postula a existência de estágios qualitativamente diferentes do pensamento do perdão. O estudo realizado por Enright, Santos e Al-Mabuk (1989) permitiu identificar uma forte tendência de idade nas formas de raciocínio do perdão, permitindo enquadrar os estágios do pensamento moral do perdão de modo análogo aos estágios do raciocínio da justiça propostos por Kohlberg (1984).

Assim como os estágios 1 e 2 da tipologia kohlberguiana apresentam um caráter pré-moral (ou de pré-justiça), os dois primeiros estágios do raciocínio do perdão apresentam uma concepção distorcida do conceito de perdão, tratando-se de raciocínios de justiça, sobretudo expiatória (ou "pré-perdão"). Os estágios 3 e 4 apresentam uma concepção mais clara do perdão, embora demandem a pressão social para que o perdão ocorra. Os estágios 5 e 6 do perdão requerem do indivíduo a tomada de perspectiva levando em consideração o sistema societal (5) ou um sistema ainda mais complexo de princípios que transcendem os demais sistemas (estágio 6; Enright & The Human Development Study Group, 1991; Enright et al., 1989).

O modelo dos estágios proposto por Enright et al. (1989) não configura uma estrutura rígida em termos de sequência invariante pela qual todos os indivíduos passariam. De fato, falta aos estágios características indicadas por Kohlberg (1984) como necessárias para a consideração de um estágio estruturalmente diferenciado em relação a outro. Enright et al. (1989) mostram que a maioria dos sujeitos enquadra-se em mais de um estágio do pensamento, sendo raros os casos de estágios puros. Estudos posteriores (*e.g.,* Enright, Gassin & Wu, 1992) forneceram indícios complementares de que os estágios não configuram uma sequência rígida e invariante, sendo mais adequado falar em *estilos* do que *estágios*.

Convém ressaltar que tanto o modelo do processo clínico quanto o modelo sociocognitivo do perdão ainda carecem de evidências empíricas. O modelo das atitudes, por sua vez, conta com vários estudos que dão suporte à estrutura teórica (Orathinkal, Vansteenwegen, Enright & Stroobants, 2007; Rique, Camino, Santos & Gouveia, 2009; Rique, 1999; Subkoviak et al., 1995).

## Perdão Interpessoal: Revisão Bibliográfica

### Os riscos do perdão.

Os estudos apresentados a seguir apontam que o ato de perdoar pode ter consequências negativas para a pessoa que perdoa. Esses resultados são explicados à luz da teoria da aprendizagem operante de Skinner, segundo a qual um comportamento tende a manter-se caso seja seguido de consequências positivas ou, por outro lado, não anteceda consequências negativas para o organismo.

Quando concebido como um processo intrapessoal que não necessariamente envolve a reconciliação, o perdão mostra-se associado a respostas positivas em diversos contextos, dentre eles o da terapia (Kearns & Fincham, 2004). Entretanto, as pessoas que concebem o perdão como um processo estreitamente associado à reconciliação e restabelecimento das relações previamente mantidas tendem a reengajar-se em relacionamentos abusivos (Hook et al., 2012). A noção de perdão como reconciliação, assim, leva à percepção do perdão como um ato com consequências potencialmente negativas (Hook et al., 2012; Kearns & Fincham, 2004; McNulty, 2011).

McNulty (2010, 2011) tem demonstrado que, não obstante os numerosos relatos acerca das consequências positivas do perdão, perdoar uma ofensa pode acarretar sérias consequências negativas, visto que tende a aumentar a reincidência das transgressões. Num estudo com casais recém-casados, relatos em diários apontam para uma maior frequência de

recidivas das transgressões pelos parceiros daqueles que perdoaram, quando comparados aos que não ofereceram o perdão (McNulty, 2010). Em estudo semelhante, resultados de um acompanhamento longitudinal de quatro anos mostraram que os parceiros que relataram perdoar com maior frequência experienciaram episódios de violência física e psicológica a uma taxa relativamente constante ao longo do período de acompanhamento, ao passo que aqueles que relataram menor perdão apresentaram declínios significativos em ambas as formas de agressão ao longo do tempo (McNulty, 2011). Tais resultados apontam que o perdão aumenta a probabilidade de que o ofensor volte a cometer os atos de injustiça, situação já prevista por alguns autores que consideram o perdão como um ato de injustiça e fraqueza (Enright & The Human Development Study Group, 1991).

Conforme discutido por McNulty (2010, 2011), não perdoar uma ofensa tende a gerar, no ofensor, afetos e cognições negativas tais como culpa, remorso e a solidão advinda do isolamento ou perda de contato com a parte ofendida. Por outro lado, quando a ofensa é perdoada, o ofensor tende a sentir-se liberado de tais afetos e cognições negativas e propenso a agir de forma semelhante no futuro.

**Perdão e saúde.**

Na seção anterior foram apresentados os resultados de alguns estudos que apontam possíveis consequências negativas do ato de perdoar. Por outro lado, vários estudos têm sido efetuados com o objetivo de investigar as consequências positivas do perdão para a saúde física e mental (Fitzgibbons, 1986; Hirsch, Webb & Jeglic, 2011; Hope, 1987; Karremans, Van Lange, Ouwerkerk & Kluwer, 2003; Larsen et al., 2012; Lawler et al., 2005; Lin, Mack, Enright, Krahn & Baskin, 2004; Reed & Enright, 2006; Toussaint et al., 2012; Toussaint et al., 2001). Nesta seção, serão apresentados sumariamente diversos estudos que, por meio de

métodos correlacionais e experimentais, bem como contextos clínicos e de pesquisa, apontam para uma relação positiva entre o perdão e vários indicadores de saúde física e mental.

No contexto terapêutico, Fitzgibbons (1986) e Hope (1987) apontam que o perdão é uma estratégia útil no tratamento da raiva e outros afetos negativos vivenciados por alguém que é injustamente magoado, ao mesmo tempo em que liberta o sujeito da culpa e do ressentimento, refletindo-se na melhora do seu estado geral de saúde. Estes autores propõem que, à medida que o sujeito perdoa, percebe o quanto não perdoar lhe era prejudicial (Fitzgibbons, 1986; Hope, 1987). Resultados positivos semelhantes foram encontrados em outros estudos sobre terapia do perdão (Coyle & Enright, 1997; Hebl & Enright, 1993; Reed & Enright, 2006).

As relações estabelecidas entre o perdão e o bem-estar e a saúde física também têm sido investigadas em contextos não-terapêuticos (Toussaint et al., 2012, 2001; Witvliet, Ludwig & Laan, 2001). Bono, McCullough e Root (2008), por meio de dois estudos, encontraram que o aumento nos níveis de perdão está positivamente associado ao bem-estar psicológico. Os autores também encontraram significância no modelo causal inverso, qual seja, o que presume que o aumento no bem-estar psicológico leva a uma maior tendência a perdoar (Bono et al., 2008). Resultados semelhantes foram encontrados por Karremans et al. (2003), os quais investigaram experimentalmente as relações entre o perdão e o bem-estar psicológico. Ambos os estudos (Bono et al., 2008; Karremans et al., 2003) identificaram que a relação entre o bem-estar psicológico e o perdão é mediada pelo nível de comprometimento com o ofensor, mostrando-se praticamente inexistente em contextos nos quais o comprometimento é baixo ou inexistente.

Já no que diz respeito à saúde física, Larsen et al. (2012) monitoraram uma série de parâmetros cardiovasculares objetivando identificar as consequências do perdão sobre esses indicadores. Os participantes (N=202) foram estimulados a pensar numa situação em que

foram vítimas de uma transgressão, depois do que foram alocados aleatoriamente a uma de três condições experimentais (perdão, raiva e distração). Após a exposição experimental, os participantes foram submetidos a uma sessão de dois minutos de ruminação dirigida à transgressão. Como resultados principais, os autores encontraram que os participantes da Condição Raiva apresentaram maiores índices cardiovasculares quando comparados àqueles das Condições Perdão e Distração, os quais não mostraram diferenças significativas entre si. Entretanto, durante as sessões de ruminação, os participantes da condição perdão mostraram menor reatividade cardiovascular quando comparados àqueles das condições raiva e distração.

Utilizando um paradigma dentre-sujeitos, Witvliet et al. (2001) monitoraram uma série de parâmetros psicofisiológicos (frequência cardíaca, condutibilidade elétrica da pele, dados eletromiográficos, etc.) enquanto os participantes (N=71) foram incitados a lembrar tanto de situações nas quais agiram de forma empática e ofereceram o perdão quanto de outras situações em que não perdoaram as ofensas das quais foram vítimas. Conforme esperado, as situações de não-perdão suscitaram maiores respostas de estresse quando comparadas às situações de perdão. Resultados semelhantes também podem ser vistos em Witvliet et al. (2008).

Por sua vez, Lawler et al. (2005) investigaram as relações entre perdão (mensurado como traço e estado) e diversas medidas de saúde física, tanto psicofisiológicas quanto de autorrelato. Como resultado, os autores identificaram uma relação estreita entre o perdão e a saúde física, sendo esta relação mediada por uma série de fatores associados ao perdão, tais como bem-estar existencial, administração de conflitos, afetos negativos e estresse.

Utilizando um design longitudinal, Toussaint et al. (2012) buscaram estudar as relações entre diferentes concepções de perdão e a longevidade/mortalidade. Os dados (N=1.232) sugerem que o perdão incondicional de Deus e o perdão condicional em relação a outros predizem a mortalidade de forma positiva. Em outras palavras, as pessoas que afirmam

acreditar em Deus como perdoador incondicional, bem como aquelas que acreditam que o perdão somente deve ser oferecido quando o ofensor pede desculpas ou restitui uma perda tendem a apresentar maior risco de morte quando comparadas aos que não apresentam tais crenças. Especificamente em relação ao segundo tópico, os autores apontam que a relação entre o perdão condicional e a mortalidade é mediada pelos efeitos do (não) perdão sobre a saúde física. A associação entre esses tipos de perdão e a saúde foi encontrada em um estudo semelhante, no qual a idade mostrou-se mediadora dessa relação (Toussaint et al., 2001).

**Perdão e qualidade dos relacionamentos.**

A maioria dos estudos envolvendo o perdão interpessoal tem como foco os relacionamentos próximos e íntimos, sejam entre pessoas casadas e namorados (Braithwaite, Selby & Fincham, 2011; Fincham et al., 2004; Fincham, Paleari & Regalia, 2002; Fincham & Beach, 2002; Gordon & Baucom, 1998; McCullough et al., 1998; Paleari, Regalia & Fincham, 2005; Rye & Pargament, 2002; Schumann, 2012; Worthington & DiBlasio, 1990), relações familiares (Scherer et al., 2012), pares e amigos (Flanagan, Vanden Hoek, Ranter & Reich, 2012; Park & Enright, 1997) e mesmo colegas de trabalho (Bradfield, 1999). O interesse pelos relacionamentos íntimos se explica por uma característica inerente ao perdão, qual seja, a existência de uma mágoa profunda e injusta, resultante frequentemente da quebra de um contrato simbólico, presumido a existir, quase exclusivamente, nos relacionamentos mais íntimos. De fato, uma ofensa perpetrada por um estranho tende a ser interpretada com menor carga afetiva do que quando perpetrada por um amigo ou esposo, visto que, no primeiro caso, não há necessariamente um "contrato relacional" que vá além da norma geral de boa convivência social.

Diversos estudos (em contextos clínicos e de pesquisa, Fincham et al., 2002, 2004; Worthington & DiBlasio, 1990) têm demonstrado as relações estabelecidas entre o perdão e

diversos indicadores da qualidade dos relacionamentos. O perdão é pensado como uma alternativa terapêutica para casos em que as relações encontram-se fragilizadas seja pela quebra de um contrato (e.g. infidelidade conjugal) ou por comportamentos negativos (e.g. violência conjugal, abandono, negligência parental, etc.). Worthington e DiBlasio (1990), por exemplo, defendem a tese segundo a qual, numa situação de conflito conjugal, perdoar o parceiro por suas falhas é o caminho mais adequado em direção ao restabelecimento da harmonia no relacionamento em detrimento de decisões baseadas na retaliação e/ou na simples negação da situação de mágoa (ver também Fitzgibbons, 1986; Hope, 1987). Fincham et al. (2004) demonstraram por meio de dois estudos empíricos que os diferentes aspectos do perdão (*e.g.*, diminuição de afetos negativos e motivações positivas em relação ao ofensor) se associam com a resolução de conflitos entre casais em diferentes fases do relacionamento. Os autores apontam que, na medida em que um dos parceiros decide adotar uma atitude de perdão, um ciclo de respostas negativas centradas na situação de mágoa é quebrado, diminuindo assim a probabilidade de que o outro parceiro mantenha o padrão negativo de respostas. Pedidos de desculpas mostram-se também associados à oferta do perdão, sobretudo quando o parceiro avalia o pedido como proveniente de um remorso sincero (Schumann, 2012). Resultados semelhantes foram encontrados em estudos anteriores buscando investigar as relações entre o perdão, agressão psicológica e estratégias de comunicação positiva entre casais (Fincham & Beach, 2002). Ainda nesta tendência, um estudo mais recente aponta que a relação entre o perdão e a satisfação com relacionamentos românticos é mediada pelo esforço relacional (o quanto cada parceiro se sente responsável pela saúde do relacionamento) e a diminuição de conflitos negativos (Braithwaite et al., 2011). Estes últimos resultados se coadunam com a noção de que o perdão envolve não somente a diminuição das respostas e atitudes negativas, mas uma mudança motivacional para um estado positivo e de boa vontade

em relação ao ofensor (Enright & The Human Development Study Group, 1991; Enright, 1996; Fitzgibbons, 1986; Hope, 1987).

Tem sido demonstrado em diversos estudos que receber ou oferecer o perdão está associado ao nível de comprometimento, proximidade e intimidade entre o ofensor e a vítima (Braithwaite et al., 2011; Finkel et al., 2002; Green, Burnette & Davis, 2008; Karremans et al., 2003; McCullough et al., 1998). Num estudo com casais, Braithwaite et al. (2011) encontraram uma relação direta entre o nível de comprometimento com o parceiro, perdão e satisfação com o relacionamento. Autores interessados na associação entre comprometimento e perdão têm demonstrado que os parceiros perdoam uns aos outros levando em consideração a interpretação cognitiva que fazem da situação de injustiça, que opera como mecanismo mediador entre comprometimento e perdão. Esses resultados dão suporte à ideia de que a decisão de perdoar baseia-se no desejo de adotar uma postura pró-relacional, sendo não significativo o papel de outras variáveis tais como o apego psicológico (Finkel et al., 2002). Parceiros que são comprometidos tendem a fazer atribuições menos negativas em relação às ofensas perpetradas pelo outro, considerando suas circunstâncias, tomando a perspectiva do outro e, por conseguinte, estando mais inclinados a oferecer o perdão (Schumann, 2012).

Evidências adicionais dão suporte ao papel do comprometimento sobre a disposição para perdoar. Fora do plano das relações diretas ofensor-vítima, Green et al. (2008) demonstraram por meio de dois experimentos que amigos próximos de vítimas de injustiças são menos propensos a perdoar o ofensor quando comparados às próprias vítimas. Este fenômeno, denominado pelos autores como “efeito do perdão a terceiros”, mostrou-se mediado pelo nível de comprometimento com o ofensor, bem como pelas atribuições de intencionalidade e responsabilidade do ofensor. Esse mesmo fenômeno foi estudado por Cheung e Olson (2013), que buscaram compreender de que maneira a distância temporal percebida desde a transgressão influencia o perdão a terceiros. Utilizando um design

experimental 2 (perdão *vs* perdão a terceiros) x 2 (transgressão recente *vs* distante), os autores puderam demonstrar que o efeito do perdão a terceiros somente foi observado na condição distante (ou seja, quando os participantes foram levados a avaliar a transgressão como tendo ocorrido há muito tempo), visto que, na condição recente, não se observou diferenças entre os níveis de perdão (de fato, os participantes em ambas as condições do perdão não perdoaram na mesma intensidade).

**Perdão, variáveis sociodemográficas e diferenças individuais.**

Diversos estudos têm sido desenvolvidos objetivando identificar as relações entre o perdão e variáveis biossociodemográficas, bem como diferenças individuais e fatores de personalidade (Burnette & Franiuk, 2010; Exline, Baumeister, Bushman, Campbell & Finkel, 2004; Konstam, Chernoff & Deveney, 2001; McCullough & Hoyt, 2002; McCullough, Bono & Root, 2007; Mellor, Fung & Mamat @ Muhammad, 2012; Rique, Camino, Formiga, Medeiros & Luna, 2010; Rique & Camino, 2010; Steiner et al., 2012; Strelan & Sutton, 2011; Toussaint & Webb, 2005; Watkins & Regmi, 2004).

Resultados desses estudos demonstram que homens e mulheres perdoam com a mesma intensidade, embora a relação do perdão com outras características seja mediada pelo gênero dos participantes (Mellor et al., 2012; Rique & Camino, 2010; Toussaint & Webb, 2005). Por exemplo, Toussaint e Webb (2005) encontraram que as mulheres tendem a apresentar maior empatia quando comparadas aos homens. Entretanto, a relação entre empatia e perdão somente mostrou-se significante entre os homens. Por outro lado, Mellor et al. (2012), cujos resultados referentes à empatia seguem a mesma direção de Toussaint e Webb (2005), encontraram que a relação entre o perdão e a tomada de perspectiva do outro (significantemente maior entre os homens) somente apresentou significância entre os participantes do sexo masculino. De fato, autores apontam a consideração empática e a

tomada de perspectiva do outro como poderosos preditores do perdão (Konstam et al., 2001; Rique et al., 2010).

Outras variáveis de caráter afetivo, tais como vergonha, culpa, raiva e ruminação se mostram diretamente associadas à intensidade ou à propensão a perdoar (McCullough et al., 2007), dando-se de forma semelhante com variáveis cognitivas (Burnette & Franiuk, 2010; Strelan & Sutton, 2011). McCullough et al. (2007) puderam demonstrar que, numa perspectiva intrasubjetiva, o aumento dos níveis de ruminação antecede a diminuição da propensão ao perdão, não se dando da mesma forma na direção oposta (perdão antecedendo diminuições na ruminação). Noutro contexto, Burnette e Franiuk (2010) encontraram que determinadas crenças acerca do parceiro e da relação (*e.g.*, a crença de que o outro é a sua "alma gêmea") interferem diretamente no papel desempenhado pelas desculpas na propensão a perdoar. Ainda, a crença num mundo justo prediz positivamente a propensão a perdoar, mas somente quando se considera o perdão como a mera diminuição dos afetos, cognições e comportamentos negativos (Strelan & Sutton, 2011).

Características individuais e traços de personalidade também têm sido associados ao perdão interpessoal. Um estudo efetuado por Exline et al. (2004) apontou uma associação entre traços narcisistas e uma menor propensão a perdoar ofensas. Tal resultado é explicado pela tendência, apresentada pelas pessoas com essa característica, de criar expectativas de tratamento especial por parte dos outros, fazendo com que as ofensas sejam encaradas com muito maior intensidade afetiva. No contexto dos Cinco Grandes Fatores (CGF) da personalidade, há evidências que apontam para a relação do perdão com a Amabilidade e Neuroticismo (McCullough & Hoyt, 2002; Steiner et al., 2012). Os resultados obtidos por Steiner et al. (2012) sugerem que o Neuroticismo associa-se positivamente a diferentes motivações para o perdão (vingança e evitação), sendo essa relação mediada pela severidade da transgressão. McCullough e Hoyt (2002), por sua vez, encontraram que Neuroticismo e

Amabilidade mediam significantemente a relação entre a idade e a propensão a perdoar. Apesar dessas evidências, contudo, há indícios de que a relação entre os fatores de personalidade do CGF e o perdão somente é significativa em contextos culturais individualistas, sendo a tese da harmonia social a principal explicação para o perdão em culturas coletivistas como a nepalesa (Watkins & Regmi, 2004).

Fora do contexto dos Cinco Grandes Fatores, estudos têm sido desenvolvidos com o objetivo de associar as diferentes manifestações do perdão a traços de personalidade como depressão, ansiedade, extroversão, psicoticismo, autocontrole, preocupação com os outros e personalidade competitiva (Balliet, Li & Joireman, 2011; Collier, Ryckman, Thornton & Gold, 2010; Maltby, Macaskill & Day, 2001). No estudo efetuado por Maltby et al. (2001) encontraram que, em ambos o sexos (N=324), o autoperdão se mostrou negativamente correlacionado ao neuroticismo, depressão e ansiedade. Especificamente, entre as mulheres, o perdão correlacionou-se negativamente com psicoticismo, disfunção social e depressão. Ainda, entre os homens, o perdão mostrou-se negativamente associado à extroversão e à depressão. Num estudo envolvendo 161 estudantes universitários, Collier et al. (2010) buscaram determinar de que forma diferentes atitudes competitivas se relacionam à disposição de perdoar uma mágoa. Especificamente, as atitudes investigadas foram de dois tipos: por um lado, atitudes de hipercompetitividade, caracterizadas por uma falta de preocupação com o bem-estar alheio, a busca pelo sucesso a qualquer preço, etc.; por outro lado, foram avaliadas atitudes de competição centradas no desenvolvimento pessoal, cujos endossadores tendem a encarar os competidores como pessoas dignas de valor e responsáveis por favorecer oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Conforme hipotetizado pelos autores foi observada uma correlação negativa entre a hipercompetitividade e a disposição ao perdão. Contrariamente, observou-se uma correlação positiva entre as atitudes de competitividade focada no desenvolvimento pessoal e a tendência a perdoar os ofensores. Já Balliet et al.

(2011) testaram dois modelos que relacionam o autocontrole e a preocupação com o bem-estar dos outros como preditores do perdão. Ao longo de quatro estudos os autores recolheram evidências que apontam que, entre aqueles indivíduos que apresentam baixos níveis de preocupação com o bem-estar dos outros e/ou baixos níveis de perdão-traço, o autocontrole prediz significantemente o perdão. Este resultado sugere que o autocontrole pode funcionar como um mecanismo compensador à falta de preocupação com o bem-estar alheio. Por sua vez, Neto (2007), em um estudo que contou com a colaboração de 152 estudantes portugueses, encontrou uma relação significante entre a gratidão-traço e a propensão ao perdão. Além de corroborar resultados de estudos anteriores (*e.g.*, McCullough & Hoyt, 2002) que apontam relações entre Neuroticismo e Agradabilidade com o perdão (negativa e positiva, respectivamente), os achados de Neto apontam que a gratidão desempenha um papel significante em explicar uma parcela da variância residual da relação entre os traços do CGF e o perdão-traço.

**Perdão e Orientação para o Perdão**

Quando somos vítimas de uma transgressão, seja ela física, moral ou psicológica, diversas são as possibilidades de resolução do conflito: podemos clamar por reparação ou restituição; podemos buscar vingança e retaliação ou, por outro lado, perdoar o ofensor. Embora alguns autores defendam que perdoar os perpetradores das injustiças constitui um ato imoral (*e.g.* Nietzsche, 1994/1887) e mesmo considerando os riscos envolvidos no ato de perdoar e suas possíveis consequências (McNulty, 2010, 2011), diversos estudos têm apontado os efeitos benéficos do perdão tanto para a saúde mental e física das vítimas e ofensores (Hannon, Finkel, Kumashiro & Rusbult, 2012; Krause & Hayward, 2012; Lin et al., 2004; Toussaint et al., 2012; Toussaint et al., 2001; Waltman et al., 2009) quanto para a qualidade dos relacionamentos conjugais, familiares e interpessoais (Fincham et al., 2004;

Finkel et al., 2002; Paleari et al., 2005, 2009; para uma revisão mais ampla, ver Andrade, 2014).

No presente estudo, adota-se uma perspectiva moral e desenvolvimental para a abordagem do perdão interpessoal (Enright & Human Development Study Group, 1991). O perdão é definido como uma atitude moral, relacionada a um sentimento de justiça, em que vítimas e ofensores devem engajar-se em processos distintos com vistas à reconciliação. Nesses termos, o perdão advém de uma decisão, ao mesmo tempo moral e superrogatória, de substituir afetos, cognições e comportamentos negativos em relação ao ofensor por sentimentos, julgamentos e comportamentos positivos. Neste sentido, nossa perspectiva difere de outros modelos que situam o perdão na esfera dos traços de personalidade (McCullough & Hoyt, 2002; McCullough, 2001; Steiner et al., 2012). Esta distinção será particularmente importante quando formos defender nossa concepção acerca da orientação para o perdão.

Os estudos sobre o perdão interpessoal têm focado diferentes aspectos tais como a relação entre o perdão e a severidade da transgressão e características sociodemográficas (Rique & Camino, 2010), a qualidade do relacionamento e o nível de comprometimento com o ofensor (Finkel et al., 2002; Paleari et al., 2005), etc. Outra forma de abordar o problema do perdão interpessoal é o foco nos diferentes agentes e níveis do processo: adotando a perspectiva da vítima, do ofensor, de terceiros ou, por outro lado, avaliando a prontidão ou disposição para perdoar ou pedir perdão pelas ofensas.

A perspectiva da vítima tem sido o principal foco dos estudos sobre o perdão interpessoal nos mais diferentes contextos: clínica (Coyle & Enright, 1997; Freedman & Enright, 1996; Hebl & Enright, 1993; Park et al., 2013), saúde (Fitzgibbons, 1986; Hannon et al., 2012; Hope, 1987; Larsen et al., 2012), aconselhamento (Fincham et al., 2004; Fincham et al., 2002; Fincham & Beach, 2002) etc. Os estudos em que se adota a perspectiva do ofensor,

por sua vez, são menos frequentes na literatura (Chiaramello, Sastre & Mullet, 2008; Enright, 1996).

No que diz respeito à disposição para o perdão, alguns estudos têm apontado efeitos de intervenções terapêuticas em grupos específicos sobre a propensão ou disposição ao perdão de situações de injustiça diversas (Hebl & Enright, 1993). No mesmo sentido, autores têm proposto medidas do perdão em nível disposicional como a *Forgiveness Likelihood Scale* (Rye et al., 2001) e a *Willingness to Forgive Scale* (Hebl & Enright, 1993).

Embora autores defendam que o perdão e, mais especificamente, a disposição para o perdão situam-se na esfera dos traços de personalidade (McCullough & Hoyt, 2002; McCullough, 2001; Steiner et al., 2012) ou sofre influência direta dos mesmos (Tabak & McCullough, 2011), a perspectiva aqui adotada situa o perdão e a disposição para perdoar no campo da moral (Enright & Human Development Study Group, 1991; Enright, 1996), entendendo a disposição como um exercício da vontade, que depende de variáveis como temperamento e personalidade, mas não guardam as mesmas características que as últimas (*e.g.*, constância, rigidez). Nesse sentido, o perdão é pensado como um ato voluntário, refletido e baseado em princípios de justiça e cuidado. Portanto, o perdão é oriundo de uma decisão moral, que leva em consideração variáveis referentes ao contexto, à mágoa e aos agentes. A *orientação* para o perdão seria, por sua vez, representada pela congruência entre o que o sujeito pensa (concordância) sobre o perdão e o quanto faz uso de estratégias para solucionar os conflitos interpessoais, na qualidade de ofensor ou vítima (atitude).

**Socialização Parental e Orientação Para o Perdão**

O presente estudo tem como um de seus principais objetivos descrever as relações entre os estilos de socialização parental (indulgente, negligente, autoritário e autoritativo), as práticas parentais e a orientação para o perdão numa amostra de jovens estudantes brasileiros. Baseados nos achados de Santos (2014), esperamos encontrar uma relação entre os estilos de socialização e a orientação para o perdão. Ainda, com base em García e Gracia (2009) e Musitu e García (2005), espera-se que o estilo indulgente apresente as relações mais fortes com a orientação para o perdão, embora os demais estilos possam desempenhar relações diferentes com os demais componentes da orientação (*e.g.*, os aspectos cognitivos e comportamentais envolvidos). Embora Lee e Enright (2009) tenham encontrado evidências que associam as percepções de pais (homens) acerca do tratamento que receberam de seus próprios pais (homens) e o perdão e a raiva em relação aos filhos, indicando um efeito geracional e de socialização, pouco ainda se sabe sobre o papel desempenhado pelos estilos de socialização paterna e o desenvolvimento dos valores dos filhos. Portanto, o presente estudo buscará investigar as relações entre perdão e estilos de socialização considerando as práticas e atitudes de pais e mães, bem como analisando possíveis efeitos de interação entre o sexo de pais e filhos.

Viu-se até aqui como o perdão interpessoal é concebido pelas diferentes correntes de pesquisadores e como o ato de perdoar se mostra associado a indicadores de saúde e bem-estar. Este trabalho de Tese tem como um de seus focos investigar a relação entre a socialização parental, a orientação para o perdão e alguns indicadores de ajustamento psicossocial, notadamente a felicidade subjetiva, satisfação com a vida e sentido de vida. Nesse contexto, faz-se necessária uma explanação acerca dessas categorias e dos seus embasamentos teóricos, à qual se procederá no Capítulo 3 a seguir.

# CAPÍTULO 3

# AJUSTAMENTO PSICOSSOCIAL POSITIVO: CONCEITOS E TEORIAS

Durante um longo período, a psicologia se deteve ao estudo prioritário de transtornos mentais, preocupação com correções de danos, psicopatologias e seus efeitos negativos, em detrimento de características humanas positivas, tais como amor, criatividade, esperança e espiritualidade (Oliveira, 2017). É atribuída a Seligman (2004) a fundação da Psicologia Positiva, na década de 1990. Esta nova face da psicologia, denominada de psicologia positiva, consolida uma nova perspectiva de estudo, em que as potencialidades, forças e virtudes dos seres humanos são fundamentais (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000). Destarte, a Psicologia Positiva aborda, assim, o ajustamento psicossocial positivo.

A fundação exata da psicologia positiva não é consensual. Para Pereira (1997), esta abordagem teve início com os estudos de Terman, Jung e Watson, ainda em 1930. O autor também aponta que, por volta da década de 1950, a Organização das Nações Unidas começou a levar em consideração de um modo mais efetivo a qualidade de vida, a felicidade e o bem estar.

De modo mais claro, foi por volta de 1997 que as ideias da Psicologia Positiva ganharam força, especialmente, na ocasião em que Martin Seligman assumiu a presidência da Associação Americana de Psicologia (APA). Seligman motivou os psicólogos na construção de uma Psicologia pautada nas forças e virtudes e que viesse a nutrir o que há de melhor em cada indivíduo (Couto, 2017). Ele afirma que o próprio conteúdo da Psicologia Positiva – felicidade, amor, gratidão, sentido, fluidez, crescimento, realização, melhores relacionamentos – diz respeito ao florescimento humano (Seligman, 2011).

A Psicologia Positiva pode ser definida como o estudo das emoções, sentimentos e comportamentos positivos, tendo a felicidade humana como objetivo último (Seligman &

Csikszentmihalyi, 2000). Nesse sentido, tal área busca destacar os pontos fortes dos seres humanos, promovendo seu funcionamento pleno e possibilitando uma compreensão das qualidades e virtudes humanas (Scorsolini-Comin, Fontaine, Koller & Santos, 2013).

Seligman e Csikszentmihalyi (2000) fizeram um apanhado de estudos que revelou que, na Psicologia, se sabe mais sobre as emoções negativas, relacionadas e promotoras de doenças, do que exatamente de como as emoções positivas influência na saúde. Assim, dentro de uma proposta de mudança de paradigma, a Psicologia Positiva critica a visão patologizante do homem (Maddux, 2005).

Em 2002, Seligman publicou o *Handbook of positive psychology*, o qual afirma que a Psicologia deveria ser entendida não apenas como o estudo dos danos e da doença, mas, especialmente, da educação, discernimento e amor. O autor afirma que é necessário mudar o olhar para os processos cognitivos e emocionais que venham a facilitar mudanças no comportamento, bem como promoção do potencial de cada sujeito e estratégias de *coping* (Reppold, Gurgel & Schiavon, 2015).

É possível utilizar a base da Psicologia Positiva nos diferentes campos de atuação. Por exemplo, no contexto educacional, Sternberg (2005) observou que estudantes que possuíam a capacidade de cultivar as suas qualidades, buscavam maior aprimoramento ao longo do tempo, construindo, assim, uma inteligência maleável, ou o que Dweck (2006) chama de *mindset* de crescimento, o qual proporciona melhor desempenho e flexibilidade frente às demandas. Já Hernández, Llorens e Rodríguez (2014) realizaram um estudo com profissionais da saúde, em que demostraram correlação positiva e estatisticamente significativa entre emoções positivas e a experiência de engajamento ou vinculação psicológica no trabalho. Na clínica, os conceitos de Psicologia Positiva também têm se mostrado de suma importância, abordando trabalhar a visão de homem como capaz de transformar experiências adversas em aprendizagens (Cardoso, 2013; Frankl, 2011).

Seligman (2003) divide os estudos em Psicologia Positiva como baseados em três pilares. O primeiro deles refere-se ao modo como funcionam os grupos, comunidades e instituições, estudando, por exemplo, as virtudes cívicas (Souza, 2015), tolerância (Turner, Barling & Zacharatos, 2002), empatia (Formiga, 2012). O segundo pilar diz respeito aos estudos sobre experiências subjetivas, como o bem-estar subjetivo (Zanon, Bradagi, Layous & Hutz, 2013), o otimismo (Bastianello & Hutz, 2015) e a felicidade (Diener, Oishi & Lucas, 2009). Finalmente, o último pilar refere-se as forças e virtudes pessoais, como o crescimento pós traumático (Couto, 2017), a espiritualidade (Pargament & Mahoney, 2002), a gratidão (Bartlett & DeSteno, 2006), a resiliência (Poletto & Koller, 2008) e perdão (McCullough & Witvliet, 2002).

Dentre esses estudos, Hart e Sasso (2011) realizaram uma pesquisa a fim de verificar onde se centra o maior interesse acadêmico, mapeando a Psicologia Positiva contemporânea. Eles observaram, além de um grande crescimento no número de estudos, que a maior atenção tem sido dada ao estudo da experiência subjetiva positiva e as características pessoais positivas, especialmente, com os temas da resiliência e da eudaimonia, fortemente relacionada a noção de felicidade.

**Felicidade Subjetiva**

A felicidade é tema de reflexões filosóficas e religiosas desde a Antiguidade. Para Aristóteles (2009), a felicidade é o fim último do ser humano, mesmo não havendo um consenso universal acerca do seu conceito. Ele afirma que é possível conceber três ideias de felicidade: a) a que advém do gozo e prazer; b) a que é encontrada nas honrarias e reconhecimento público; e c) a que advém da virtude e da contemplação. Já para Agostinho de Hipona, a felicidade decorre de uma inclinação de suas ações a fazer o bem; por outro lado,

a felicidade, quando subordinada ao impulso de uma tendência puramente subjetiva, levaria a infelicidade.

Nos primórdios dos estudos sobre felicidade, havia uma noção estereotipada, advinda do senso comum, acerca da mesma; considerava-se, pois, uma pessoa feliz, como aquela que seria dotada de juventude, saúde, educação, otimismo, dentre outros fatores. Não obstante, estudos recentes demonstraram que, para além das contingências, pode haver felicidade, pois esta tem relação mais forte com a forma como o indivíduo percebe o mundo do que propriamente com suas circunstâncias objetivas.

As pesquisas da psicologia positiva ajudaram a colocar a felicidade em foco, afirmando que as pessoas, agentes ativos no desempenho de suas atividades, desenvolvem estratégias para o alcance da felicidade e do bem estar, tendo como objetos virtudes, forças e potencialidades (Oliveira, 2017). De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, felicidade é: "1. Qualidade ou estado de feliz, estado de uma consciência plenamente satisfeita, satisfação, contentamento, bem estar; 2. Boa fortuna, sorte; 3. Bom êxito, acerto, sucesso" (Houaiss, 2004, p. 1.323).

Destaque na área tem sido Martin Seligman. Três livros deste autor são um marco nos estudos sobre felicidade: Felicidade Autência (2004), Otimismo aprendido (2004) e Florescer - uma nova e visionária interpretação da felicidade e do bem-estar (2011). Em todos, ele apresenta uma psicologia para além do paradigma cientificista, demonstrando aspectos teóricos e práticos para desenvolver motivação, otimismo e resiliência, aspectos necessários ao bem-estar psicológico. Em 2002, Seligman propõe a Teoria da Felicidade Autêntica, dizendo que a mesma se centra em três elementos diferentes: a) emoção positiva (afetos positivos), isto é, entusiasmo, prazer, conforto, êxtase, dentre outras; b) engajamento, o qual significa uma posição de entrega completa, sem preocupar-se com o tempo, perdendo a

consciência de si mesmo durante a atividade envolvente que está sendo realizada; e c) sentido, o qual consiste em pertencer ou servir a algo maior do que você mesmo.

Seligman (2011) reconfigura sua Teoria da Felicidade Autêntica, definindo-a a partir de cinco elementos: 1) emoções positivas; 2) entrega (viver o momento presente); 3) sentido ou idiossincrasias da vida; 4) sucessos (indivíduos que perseguem o sucesso); e 5) relações (os outros indivíduos). Ademais, Seligman (2011) afirma que o principal tema da Psicologia Positiva é o bem estar, por isso sua teoria passou chamada de Teoria do Bem estar, e que o critério de mensuração deste construto é aquilo que ele chama de "florescimento".

Scorsolini-Comin, Fontaine, Koller e Santos (2013) fizeram um estudo em que relataram mudanças da Teoria da Felicidade Autêntica (2002) para a teoria do Bem-Estar (2011). Esta última acrescenta a realização e os relacionamentos interpessoais aos elementos já contidos na primeira teoria, a saber: emoções positivas, engajamento, sentido. Além disso, ela ressalta o bem-estar como independente apenas de aspectos individuais, apresentando-o como também ligado ao contexto e relacionamentos interpessoais.

Assim, se a felicidade autêntica buscava, por um lado, a satisfação com a vida, o bem-estar almeja, como fim último, o florescimento, mais amplo, complexo e dinâmico. Deste modo, uma aplicação direta dessa mudança é que a teoria do Bem-Estar possibilita o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à promoção da qualidade de vida (Reppold et al., 2015).

Santos et al. (2013) realizaram uma pesquisa de revisão sistemática em que buscaram verificar qual o papel das emoções positivas e da Psicologia Positiva no tratamento da depressão. Os autores encontraram que, nos 28 artigos incluídos na revisão, melhoras significativas foram observadas nos sinais e sintomas de depressão, após a utilização de diferentes estratégias voltadas para a Psicologia Positiva, como o desenvolvimento de forças pessoais (busca de direção, significado e compromisso para a vida) e aumento de emoções

positivas. Em suma, para Seligman (2011), a felicidade estaria mais relacionada ao bem estar do que a satisfação, ambos expostos a seguir.

**Bem-Estar Subjetivo**

Dentro dessa perspectiva positiva da psicologia, encontra-se o Bem-estar subjetivo. Este construto pode ser definido como um funcionamento e uma experiência psicológica adequados, envolvendo uma satisfação consigo mesmo, bem como com os elementos ambientais a sua volta (Ryan & Deci, 2001).

O interesse pela temática despontou na década de 1960, com os estudos de Warner Wilson (1960, citado em Chaves, 2007). Nessa área, os psicólogos fenomenológico-existenciais, como Maslow, Rogers e Frankl, têm sido importantes no entendimento dessa perspectiva, a qual catalisa uma mudança no centro da preocupação com o lado negativo da vida, indo em direção da construção de qualidades positivas (Chaves, 2007). Com base em tais trabalhos, bem-estar já foi estudado em associação com valores (Chaves, 2007), traços de personalidade (Schmutte & Ryff, 1997), lócus de controle (Grol, Little, Wanner & Wearing, 1996), religião, raça e aborto (Russo & Dabul, 1997), dentre outros.

De um modo conceitual, o bem-estar é definido por Danna e Griffin (1999) como um conceito mais amplo que o de saúde, visto que o primeiro abarca diferentes aspectos da vida da pessoa, como a esfera familiar, social e do trabalho, por exemplo. A saúde se insere, portanto, como subcomponente do bem-estar. Para Ryan e Deci (2001), o bem-estar pode ser entendido como um funcionamento e experiência psicológica adequados, o qual diz respeito a uma satisfação consigo mesmo e também com tudo aquilo que o cerca.

Duas perspectivas no estudo do bem-estar se destacam: a perspectiva hedônica e a perspectiva eudaimônica (Chaves, 2007). Nesta primeira, o bem-estar é igualada ao prazer ou felicidade, focalizando o hedonismo como categoria que abarca as preferências e prazeres do

corpo e da mente. Fromm (1976) explica que a capacidade de usufruir da satisfação de seus desejos e necessidades pessoais em busca de realização nada mais é do que um hedonismo radical. Ele complementa que a busca desenfreada pelo prazer, culminou em pessoas ansiosas, solitárias, medrosas e deprimidas.

Já a perspectiva eudaimônica ("eu", que significa bom e "daimon", que significa espírito) – que pode ser compreendido como expressividade pessoal – diz respeito a ideia de que o bem-estar é alcançado à medida que o indivíduo satisfaz suas necessidades de auto-realização (Fromm, 1976; Maslow, 1954). Dito de outro modo, a necessidade de auto-realização, isto é, capacidade constante de atualização dos potenciais humanos, promoveria o bem-estar do indivíduo. De acordo com esta perspectiva, as necessidades de autonomia, competência e relação, quando satisfeitas, são promotoras do bem-estar (Chaves, 2007).

O que é possível perceber, dentro dessas duas perspectivas de estudo, é que o bem-estar precisa ser entendido como um fenômeno multidimensional, o qual abarca a perspectiva hedônica e a eudaimônica (Chaves, 2005). Ademais, de acorco com Giacomoni e Hutz (2008), o bem estar subjetivo pode ser entendido dentro de uma perspectiva que engloba três fatores inter-relacionados: afeto positivo, afeto negativo e satisfação com a vida. A diferença entre eles está no fato de que, enquanto os afetos correspondem a uma resposta afetiva, a satisfação diz respeito a uma resposta avaliativa cognitiva. A mesma será melhor exposta a seguir.

**Satisfação com a Vida**

A satisfação com a vida, considerada a base do bem estar (Chaves, 2007), pode ser entendida como uma autoavaliação de sua vida, com base em um critério previamente estabelecido (Shin & Johnson, 1978), ou ainda como um processo de juízo e avaliação geral da própria vida; um julgamento cognitivo decorrente de algum domínio específico da vida da pessoa (Emmons, 1986). Dentro desse conceito, há, portanto, uma comparação inerente entre

as circunstâncias da vida do indivíduo e algo que ele elegeu como padrão. Pavot e Diener (1993, citados por Gonçalves, 2009) também afirmam que componentes que são considerados importantes, tais como ter boas relações pessoais e ter saúde, podem ter pesos diferentes de acordo com o indivíduo.

Vale salientar que a satisfação com a vida tanto pode ser feita de modo global, considerando a vida como um todo, ou de acordo com domínios específicos do indivíduo, tais como seu trabalho, sua família e seus estudos (Giacomoni & Hutz, 2008). Além disso, enquanto as reações afetivas, tais como os Afetos Positivos e Negativos, são respostas a fatores imediatos e de curta duração, a Satisfação com a Vida diz respeito a uma perspectiva com uma duração moderada. Ademais, reações afetivas também estão relacionadas com motivos inconscientes e influência do humor, enquanto a satisfação, como uma avaliação consciente, relaciona-se a objetivos e valores (Pavot & Diener, 1993).

Estudos têm demonstrado a relação entre satisfação com a vida e perdão (Ayten & Ferhan, 2016), gratidão (Castro, Rava, Hoefelmann, Pieta & Freitas, 2011), altruísmo e pró sociabilidade (Becchetti et al., 2016), personalidade virtuosa (Pacico & Bastianello, 2014), dentre outros. Outro construto de amplo destaque no ajustamento psicossocial positivo é o sentido da vida, estudado especialmente por Viktor Frankl e detalhado a seguir.

**Sentido de Vida**

Em 1981, Albert Einstein, aclamado cientista, fez as seguintes indagações no seu livro "Como vejo o mundo": "Tem um sentido para a minha vida? A vida de um homem tem sentido?". Tais inquietações têm perpassado a história da humanidade, possibilitando o entendimento de que há no ser humano uma vontade de sentido, isto é, uma busca por preencher a necessidade do sentido da vida. Estas tentativas têm sido feitas através da música, arte, ciência e religião. Na Psicologia, a abordagem da Logoterapia, fundada por Viktor

Frankl, médico vienense, se constitui como uma escola de psicoterapia cujo cerne da preocupação é a busca do sentido do ser humano (Aquino et al., 2009).

A terceira escola de Viena, como é referida a Logoterapia (tendo em vista que a Psicanálise freudiana é a primeira e a Psicologia individual adleriana é a segunda) sustenta sua visão de homem com base em três pilares: 1) Liberdade da vontade; 2) Vontade de sentido; e 3) Sentido da vida. A seguir, os três princípios serão abordados (Frankl, 2011).

Para Frankl (2011), a *Liberdade da vontade* humana é a liberdade de um ser finito, isto é, o homem não é livre das contingências do destino, mas o é para se posicionar frente a estas. O autor fala que esta capacidade de posicionar-se diante de fenômenos somáticos (toda união de processos corporais, entre eles processos celulares e químicos) e psíquicos (vai, desde os impulsos, sensações e desejos até os processos intelectuais e padrões comportamentais e sociais) eleva a abertura de uma nova dimensão do ser humano, a qual ele chama de noológica, ou dimensão dos fenômenos noéticos. Acerca desta última, Lukas (1989, p. 28-29) afirma que diz respeito: “as decisões da vontade, intencionalidade, interesses práticos e artísticos, pensamento criativo, religiosidade, senso ético (consciência moral) e compreensão do valor”.

A liberdade da vontade é uma oposição ao princípio do determinismo e reducionismo, os quais caracterizam a maior parte dos sistemas de saberes conhecidos. Tal oposição se dá porque estes tolhem dois princípios fundamentais na liberdade da vontade: consciência e responsabilidade (Aquino, 2009)

Segundo Frankl (1990, p. 23), a união desses dois conceitos constitui uma totalidade do ser humano, formando uma unidade ontológica, a qual decai em duas perguntas: “(1) pelo que o ser humano se sente responsável e (2) perante quem ele se sente responsável”. Para o autor, a consciência e a responsabilidade perante algo ou alguém constituem a essência da existência humana. Mesmo diante das contingências, se há possibilidade de escolha, há, então,

liberdade e responsabilidade. É a liberdade um campo de todas as possibilidades da condição humana, sendo, assim, uma antítese da ideia de destino (Aquino, 2009).

Assim, a liberdade da vontade implica no fato de que "O homem não está livre de condições e, em geral, não está livre de algo, mas livre para algo, quer dizer, livre para uma tomada de posição perante todas as condições" (Frankl, 1992, p. 48). Deste modo, o ser humano sempre será livre para se posições apesar das diferentes condições de sua vida.

O segundo pilar da Logoterapia é a *Vontade de sentido*. Este conceito está diretamente relacionado a ideia da autotranscendência, a qual afirma que

> a existência do homem sempre se refere a alguma coisa que não ela mesma − a algo ou a alguém, isto é, a um objetivo a ser alcançado ou à existência de outra pessoa que ele encontre. Na verdade, o homem só se torna homem e só é completamente ele mesmo quando fica absorvido pela dedicação a uma tarefa, quando se esquece de si mesmo no serviço a uma causa, ou no amor a uma outra pessoa. É como o olho, que só pode cumprir sua função de ver o mundo enquanto não vê a si próprio (Frankl, 1991, p. 18).

Assim, Frankl dá ao ser humano uma categoria única de ente que busca um sentido para a sua vida, sendo a vontade de sentido a motivação primária e última, isto é, há em todos os seres humanos uma vontade de encontrar sentido no mundo objetivo (Aquino, 2009). Para Hessen (1936/1967, citado por Aquino, 2009), o fim último do ser humano consistiria em "ser homem, fazer-se homem", ou seja, realizar "a sua própria essência" (p.242); em outras palavras, aperfeiçoar a sua personalidade através da realização de valores.

Como prisioneiro nos Campos de Concentração Nazista da Segunda Guerra Mundial, Frankl (1994) constatou de modo fenomenológico que os prisioneiros que tinham uma orientação para realizações futuras eram os que obtinham mais probabilidade de sobreviver. De tal modo, ele chegou a conclusão de que a consciência de um sentido para a vida era uma condição necessária para que os mesmos pudessem sobreviver.

Além de Frankl, outro autor importante na área é Elisabeth Lukas (1988), a qual desenvolveu sua tese na década de 1970, com mais de mil pessoas, acerca da realização interior de sentido e a frustração existencial. Lukas (1988, p. 261) fazia as pessoas o seguinte

questionamento: “Pode dizer-me se existe para você algo que poderia classificar que desse um sentido à sua vida e, se assim for, poderia expressar este sentido de sua vida em umas poucas palavras?”. Assim, ela obteve uma série de categorias de respostas, a saber: próprio bem-estar (vida prazerosa, comer, beber, ter propriedades), autorrealização (conquista da identidade, aparência pessoal, sucesso), família (esposos, filhos, lar), ocupação principal (estudo, trabalho), sociedade (amor, contrato social, obrigações sociais), interesses (aquisição de conhecimentos, hobby, viagens, esporte), experiências (natureza, arte, querer viver experiências), serviço a ideais (religião, política) e necessidade vital (superação da doença, autopreservação, reconciliação).

Lukas (1988) trouxe outras importantes contribuições em seu trabalho: a) a construção e testagem do Logoteste, um teste de sentido da vida; e b) a demonstração da existência de uma relação entre o Logoteste e o fator de psico-higiente do Rorschach, demonstrando que a realização interior de sentido é, portanto, um fator de saúde psíquica. Uma direção semelhante apontou o estudo de Kim (2001), o qual mostrou uma alta correlação ($r = 0,61$, $p < 0,01$) entre sentido de vida e satisfação com a vida.

Assim, para Frankl (1991), o conceito de vontade de sentido implica no ser humano como um ser dirigido a um sentido que deve ser sempre um fim em si mesmo e não o meio para atingir a felicidade e o prazer. Enquanto para a psicologia humanista (Maslow, 1994) a busca suprema de todo ser humano é a autorrealização, Frankl (1978) afirma que se a felicidade for buscada diretamente, ela pode se transformar em frustração do sentido. A Figura a seguir ilustra esse modelo.

**Figura 1.** Modelo da Vontade de Sentido.

*Retirado de Frankl (2011, p. 48)*

Como pode ser visto acima, a felicidade e o prazer são um efeito colateral da consecução de uma meta. Quando um objetivo é realizado, isto constitui uma razão para ser feliz e a mesma se apresenta automaticamente. De igual modo, se a felicidade é buscada diretamente, ou seja, se ela é feita de objeto de motivação e, consequentemente, de atenção, perde-se de vista o motivo, e a mesma desaparece (Frankl, 2011). Assim, Frankl aponta para uma excessiva preocupação com a autorrealização como um sinal de frustração da vontade de sentido, utilizando a metáfora do bumerangue, cuja volta do mesmo só se dá quando o alvo não foi atingido (Pereira, 2007).

Por fim, o terceiro pilar da visão de homem a partir da Logoterapia é o *Sentido da Vida*. Para Frankl (2003), o sentido da vida é único e mutável, diferente de pessoa para pessoa, de situação para situação e de uma hora para outra.

Um dos principais conceitos é o de morte, pois impele o indivíduo a tomar consciência da responsabilidade acerca de sua existência no mundo. Frankl (1990, p. 26), afirma que: “Se

nossa existência fosse temporalmente ilimitada, poderíamos com razão adiar indefinidamente qualquer ação, pois não haveria precisão de realizá-la justamente agora; ela poderia ficar para amanhã, para depois de amanhã, ou para daqui a cem anos". Ademais, não apenas a vida é transitória, os momentos também o são; tal compreensão deve motivar o ser humano a buscar sentidos latentes no encerramento de cada possibilidade do instante (Aquino, 2009).

Outros conceitos de suma importância na Logoterapia é o de valores, ou seja, "aqueles sentidos universais que se cristalizam em situações típicas que uma sociedade ou, ainda, a humanidade deve enfrentar" (Frankl, 2000, p.59). Frankl (2011) concebe três formas de encontrar um sentido na vida: por meio da capacidade de amar, trabalhar e suportar o sofrimento. Dentro dessas formas está a tríade valorativa de Frankl, que postula que os valores podem ser: a) criativos, que engloba toda obra artística ou científica que expresse o agir do homem no mundo, criando e transformando (*homo faber*); b) vivenciais, o qual surge quando a pessoa recebe algo do mundo, seja num encontro de natureza Eu-Tu, fazendo menção a Martin Buber, que faz emergir a dimensão do *homo amans*, ou também na contemplação dos valores estéticos; c) atitudinais, que implica na transformação profunda do sofrimento, isto é, mesmo quando não é possível encontrar valores criativos ou vivenciais, é possível, até nas piores situações, encontrar um sentido no sofrimento (*homo patiens*), realizando virtudes como coragem, intrepidez e dignidade. Frankl (2003) afirma que esta última categoria valorativa é superior as demais. Assim, Frankl (1986, p. 28) afirma que: "o mundo pelo qual o ser humano transcende a si mesmo é um mundo pleno de sentido (que constituem as razões e motivações para atuar) e preenchido por outros seres humanos (que constituem as pessoas para amar)" (Frankl, 1986, p. 28).

O objetivo principal desta Tese é testar as relações hipotetizadas entre os estilos de socialização parental adotados pelos pais, a orientação para o perdão e o ajustamento psicossocial positivo dos filhos na vida adulta. Apresentou-se até aqui os modelos teóricos

predominantes no que tange ao estudo da socialização parental, bem como os diversos achados de pesquisas que os tomaram como base. Viu-se, também, as teorias e modelos explicativos do perdão interpessoal, tendo sido apresentada a categoria original da Orientação para o Perdão, empregada neste Trabalho. Por fim, descreveu-se os conceitos e estudos sobre o ajustamento psicossocial positivo, no bojo da psicologia positiva. Doravante serão apresentados os resultados de dois estudos empíricos que, em conjunto, buscaram responder aos problemas levantados por esta Tese.

# PARTE II

# ESTUDOS EMPÍRICOS

# ESTUDO 1

# VALIDADE ECOLÓGICA DO MODELO QUADRIPARTIDO DOS ESTILOS DE SOCIALIZAÇÃO PARENTAL EM UMA AMOSTRA LOCAL

O presente estudo tem por objetivo testar a validade ecológica do modelo quadripartido dos estilos de socialização parental. Ademais, buscaremos avaliar o ajuste relativo dos modelos de três e quatro estilos aos dados desta pesquisa.

## Método

### Participantes

Participaram da presente pesquisa 80 adultos, majoritariamente mulheres (91,3%), com idade variando de 18 a 54 anos ($M$ = 28,21, $DP$ = 9,78), religião predominantemente católica (78,8%) e com renda familiar mediana de R$ 1800,00.

### Instrumentos

Foi utilizada a versão em português da Escala de Socialização Parental na Adolescência (ESPA-29), composta por 29 situações, por exemplo, “Se não estudo ou se não quero fazer os deveres do colégio”, em que o participante deve indicar numa escala de quatro pontos a frequência de uso de sete práticas parentais (afeto e displicência para os comportamentos positivos; indiferença, coerção verbal, coerção física, privação e diálogo para os comportamentos negativos), totalizando 106 itens.

### Procedimento

O instrumento fora aplicado em Instituições de Ensino Superior da rede privada após as devidas autorizações por parte dos gestores. Após a explicitação dos objetivos do estudo,

os participantes foram convidados a tomar parte na pesquisa, de forma voluntária e anônima, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A aplicação se deu no formato lápis-e-papel de durou cerca de 20 minutos.

Os dados foram tabulados com auxílio do *software* PASW *Statistics*. Foram calculados os escores referentes a cada uma das práticas parentais e posteriormente, computados os escores das dimensões Aceitação/Implicação e Severidade/Imposição. Os escores foram posteriormente submetidos a análises de Conglomerados (*Cluster Analysis*) do tipo *K-Means*. Foram testados os modelos com três e quatro *clusters*.

## Resultados

As estatísticas descritivas para as sete práticas parentais e as duas grandes dimensões são apresentadas na Tabela 1.1. A prática de *diálogo* apresentou os maiores escores médios ($M$ = 3,20; $DP$ = 0,82), ao passo que a prática de *coerção física* apresentou os menores escores, em média ($M$ = 1,20; $DP$ = 0,49). Por sua vez, a dimensão Aceitação/Implicação apresentou média ligeiramente superior ao ponto médio da amplitude dos escores, enquanto a dimensão Severidade/Imposição apresentou escore médio ligeiramente inferior ao ponto médio de sua amplitude.

Tabela 1.1.
*Estatísticas Descritivas para as Práticas Parentais e Dimensões da ESPA-29.*

| | | *M* | *DP* |
|---|---|---|---|
| Práticas Parentais | Afeto | 3,06 | 0,90 |
| | Indiferença | 1,63 | 0,76 |
| | Diálogo | 3,16 | 0,75 |
| | Displicência | 1,33 | 0,49 |
| | Privação | 1,80 | 0,60 |
| | Coerção Física | 1,27 | 0,48 |
| | Coerção Verbal | 2,87 | 0,75 |
| Dimensões | Aceitação/Implicação | 3,31 | 0,55 |
| | Severidade/Imposição | 1,98 | 0,43 |

A primeira análise de *clusters* considerou como indicadores as sete práticas parentais. No entanto, mesmo após dez iterações o modelo não conseguiu fornecer uma solução interpretável, independentemente da solicitação de três ou quatro *clusters*. Por esse motivo, decidiu-se incluir como indicadores os escores das dimensões Aceitação/Implicação e Severidade/Imposição.

A segunda análise de *clusters* permitiu classificar os escores após quatro iterações. Contudo, para a solução com três conglomerados a dimensão Severidade/Imposição mostrou-se não-significativa, sugerindo sua pouca utilidade na busca por grupos entre as dimensões ($F[2] = 2{,}312$; $p = 0{,}10$). Procedeu-se, em seguida, à análise dos escores considerando quatro conglomerados, tal como preconizado pelo modelo de Maccoby.

Os resultados da análise com quatro *clusters* são apresentados na Tabela 1.2. Conforme pode ser visto, a análise permitiu classificar os casos em consonância com os pressupostos do modelo quaternário: o primeiro *cluster*, referente ao estilo Autoritativo, clasificou 32,5% dos casos com escores acima da média nas dimensões Aceitação/Implicação e Severidade/Imposição; o segundo *cluster* agrupou 12,5% dos casos com escores abaixo da média em Aceitação/Implicação e ligeiramente acima da média em Severidade/Imposição, refletindo o estilo Autoritário; o terceiro *cluster* agrupou a maioria dos casos (51,2%) com escores superiores à média em Aceitação/Implicação e abaixo da média em Severidade/Imposição, caracterizando o estilo Indulgente; por fim, o quarto *cluster* agrupou a minoria dos casos (0,5%) classificados no estilo Negligente, com escores abaixo da média nas dimensões Aceitação/Implicação e Severidade/Imposição.

Tabela 1.2.
*Médias (centroides) e Frequências para cada um dos Quatro Estilos de Socialização (N = 80)*

| | | Estilo | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Autoritativo | Autoritário | Indulgente | Negligente |
| Dimensão | A/I | 3,80 | 2,79 | 3,27 | 1,61 |
| | S/I | 2,30 | 2,46 | 1,68 | 1,73 |
| N | *n* | 26 | 10 | 41 | 4 |
| | % | 32,5 | 12,5 | 51,2 | 0,5 |

## Discussão Parcial

Os resultados do presente estudo corroboram a validade ecológica do modelo de Maccoby no contexto local avaliado. A forma como as frequências dos estilos se distribuiu corrobora, também, a expectativa de que, nas culturas latinas, os estilos indulgente e autoritativo tendem a ser os mais frequentes, embora este último apareça mais frequentemente no topo da lista na maioria dos casos.

O estudo de Martínez et al. (2013), sobre estilos de socialização familiar enquanto fator de prevenção ou risco para o consumo de substâncias e outros problemas de conduta em adolescentes espanhóis, contou com uma amostra de 673 participantes, na faixa dos 14 aos 17 anos e encontrou a seguinte disposição: autoritativo (27,3%), indulgente (25%), negligente (24,4%) e autoritário (23,3%). Em investigação anterior, na qual Martínez e García (2007) estudaram o impacto dos estilos parentais na autoestima e internalização de valores, entre 1456 adolescentes espanhóis, de 13 a 16 anos, percebe-se que o estilo indulgente (23,1%) apareceu como o menos apontado em relação aos demais: autoritativo (26,9%), negligente (26,6%) e autoritário (23,4%).

Essa distribuição, no entanto, ainda se mostra relativamente errática ao longo dos estudos. Por exemplo, outros dois estudos espanhóis encontraram resultados diferentes dos supracitados, embora semelhantes entre si. Musitu e García (2004) avaliaram as consequências da socialização familiar na cultura espanhola, a partir de um população de mais

de 4.000 sujeitos, variando de 10 a 18 anos, e verificaram a seguinte disposição: autoritário (32,5%), indulgente (31,9%) e negligente e autoritativo (ambos com 17,8%). García e Gracia (2009) buscaram evidências em famílias espanholas para a afirmativa de que o autoritativo é sempre o melhor estilo parental. Participaram do estudo 1416 sujeitos, de 12 a 17 anos, e o resultado ordenou-se da mesma forma que o do estudo citado anteriormente: autoritário (29,9%), indulgente (26,3%), autoritativo (22,5%) e negligente (21,2%).

Uma diferença marcante pode ser observada quando se analisa o contexto norteamericano, onde o estilo negligente aparece com frequência maior quando comparado aos demais estilos. Lamborn, Mounts, Steinberg e Dornbusch (1991) pesquisaram padrões de competência e ajustamento entre adolescentes de famílias representadas pelos distintos estilos de parentalidade, totalizando 4100 respondentes, na faixa etária dos 14 aos 18 anos. Os achados apontaram a seguinte distribuição: negligente (37,3%), autoritativo (32,3%), autoritário (15,4%) e indulgente (15%). Posteriormente, Steinberg, Lamborn, Darling, Mounts e Dornbusch (1994) investigaram a relação entre estilos parentais e mudanças no ajustamento e competência ao longo do tempo, entre 2300 adolescente, de 14 a 18 anos. De forma semelhante ao estudo anterior, o estilo parental mais identificado foi o negligente (35,4%), seguido do autoritativo (34,7%), autoritário (19,2%) e indulgente (10,7%).

No Brasil, Weber et al. (2004) exploraram a identificação de estilos parentais entre pais e filhos, com 239 crianças, de escolas municipais de Curitiba (PR), com idade de 9 a 12 anos. O estilo prepoderante, na percepção da crianças, foi o negligente (45,4%), seguido do autoritativo (32,8%), indulgente (11,8%) e autoritário (10,1%).

Boeckel e Sarriera (2006) buscaram identificar correlações entre as estratégias educacionais, estilos atribucionais e bem-estar psicológico em 323 universitários, de 18 a 35 anos, de uma instituição particular de Porto Alegre/RS e acharam a seguinte distribuição parental: autoritativo (60,7%), autoritário (24,5%) e permissivo (14,8%). Numa perpsectiva

quadripartida dos estilos parentais, Martínez et al. (2007) pesquisaram a relação entre estilos de parentalidade e autoestima, em 1239 adolescentes brasileiros, de 11 a 15 e também verificaram a maior incidência do tipo autoritativo (27,3%). Neste estudo, o estilo negligente (26,4%) apareceu como mais frequente que o autoritário (24%) e o indulgente (22,2%).

Um dado importante e que merece destaque foi é baixa ocorrência do estilo negligente na amostra consultada, atingindo somente 0,5% dos casos. Tal achado não recebe suporte dos outros estudos referenciados, em que o estilo negligente tende a apresentar frequências ora maiores, ora menores que os demais estilos, embora tenda a haver um equilíbrio em relação à distribuição de frequências dos estilos ao longo dos estudos. O tamanho amostral reduzido (N = 80) e a composição sociodemográfica da amostra, predominantemente mulheres de nível universitário, pode ter exercido influência na baixa ocorrência do estilo negligente em comparação, por exemplo, ao estilo indulgente, que atingiu frequência relativa de 51,2 por cento.

Diante da exposição dos estudos acima, em comparação com esta investigação, torna-se pertinente pontuar algumas limitações desta. Em primeiro lugar, o tamanho e composição da amostra, representada por estudantes universitárias, majoritariamente, pode ter exercido vieses no que tange à distribuição dos estilos. Segundo, os estilos foram obtidos por meio do relato de adultos que se referiram às práticas adotadas por seus pais durante sua infância e adolescência, podendo o lapso temporal entre a experiência e o relato fornecer variância residual aos dados. Conclui-se, portanto, que a generalização dos achados deve ser feita com cautela.

Por fim, neste estudo, apesar de ter-se estabelecido à priori a quantidade e configuração dos estilos esperados, os resultados são um reflexo da existência natural desses estilos nas práticas parentais informadas pelos participantes, representando indícios de sua validade ecológica no contexto estudado.

# ESTUDO 2

# ESTILOS DE SOCIALIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO PARA O PERDÃO E INDICADORES DE AJUSTAMENTO PSICOSSOCIAL DE JOVENS ADULTOS

O objetivo do presente estudo é investigar as relações entre os estilos de socialização utilizados pelos pais, conforme autorrelato dos filhos, e os indicadores de ajustamento psicossocial dos filhos na vida adulta.

Esse estudo tem como objetivo testar as seguintes hipóteses:

*$H_1$:* O estilo de socialização indulgente estará positivamente relacionado às variáveis de ajustamento psicossocial positivo (felicidade subjetiva, satisfação com a vida e sentido de vida);

*$H_2$*: O estilo indulgente mostrar-se-á o mais forte preditor do ajustamento psicossocial dos participantes quando comparado aos demais estilos;

*$H_3$*: O estilo indulgente estará relacionado positivamente à orientação para o perdão;

*$H_4$*: O estilo indulgente mostrar-se-á o mais forte preditor da orientação para o perdão quando comparado aos demais estilos.

## Método

### Participantes

Participaram do presente estudo 353 adolescentes e adultos, universitários, com idades variando de 17 a 63 anos ($M$ = 23,9, $DP$ = 0,39), majoritariamente do sexo feminino (58,4%) e com renda familiar mediana de R$ 1.908,00. Vinte e oito respondentes não informaram idade e renda (7,9%). Setenta e dois participantes (20,4%) declararam já possuir diploma de graduação e um participante (0,3%) declarou possuir diploma de doutorado. Os participantes que se declararam católicos representaram 62,3%, seguidos dos evangélicos (12,7%) ou

genericamente cristãos (7,1%). Quanto ao relato dos estilos de socialização, 76,8% dos participantes referiram-se ao **pai**. Um respondente deixou de fornecer esta informação.

## Instrumentos

**Questionário Sociodemográfico**. Reúne informações sobre o gênero, idade, religiosidade, nível educacional, situação socioeconômica, entre outras informações demográficas.

**Escala de Orientação para o Perdão*:*** Trata-se de um instrumento autoaplicável composto por 15 itens (ex.: *O seu parceiro (a) romântico (a) tem um affair (um caso) fora do relacionamento*), em que o respondente deverá indicar, em escala *Likert*, (a) seu grau de concordância com a escolha do perdão como solução para cada um dos problemas relatados nos itens (escala de atitudes para o perdão) e (b) seu grau de concordância com a ideia de que o perdão é (ou deveria ser) a solução ideal para o problema (escala de concordância com o perdão). As qualidades psicométricas desse instrumento são apresentadas na seção *Resultados.*

**Escala de Socialização Parental na Adolescência (ESPA 29)**. Adaptada para o Brasil por Martínez, García, Camino e Camino (2011), é composta por 29 itens que tratam de comportamentos de disciplina (ex.: "Se vem alguém visitar minha casa e comporto-me educadamente") ou indisciplina (ex.: "Se quebro ou estrago alguma coisa da minha casa"). Nos itens referentes à disciplina, os respondentes devem indicar, numa escala variando de 1 (*Nunca*) a 4 (*Sempre*) com que frequência o pai e a mãe (tomados separadamente) utilizam as práticas de Afeto e Indiferença, enquanto nos itens de indisciplina devem indicar, na mesma escala de resposta, a frequência de uso por parte dos pais de práticas de Diálogo, Displicência, Privação, Coerção Verbal e Coerção Física. Utilizando procedimentos específicos de apuração, é possível situar as respostas sobre as práticas parentais em um dos quatro estilos (Indulgente, Negligente, Autoritário e Autoritativo).

**Escala de Felicidade Subjetiva**. Trata-se de uma escala de quatro itens (ex.: "Em geral, eu me considero..."), respondidos em escala tipo *Likert* variando de 1 (*Uma pessoa não muito feliz*) a 7 (*Uma pessoa muito feliz*) que avalia a felicidade da perspectiva do respondente. Estudos em diversos países têm demonstrado suas qualidades psicométricas (Moghnie & Kazarian, 2012; Spagnoli, Caetano & Silva, 2010; Shimai, Otake, Utsuki, Ikemi & Lyubomirsky, 2004; Swami, 2008; Swami et al., 2009). A versão Brasileira foi validada por Damásio, Zanon e Koller (2014) e apresentou excelentes índices de ajuste: CFI = 1,00; RMSEA = 0,00 (IC 90% = 0,00 – 0,006).

**Questionário de Sentido de Vida.** Trata-se da adaptação brasileira do *Meaning in Life Questionnaire* (MLQ; Steger et al., 2006). Validado para o contexto nacional por Damásio Zanon e Koller (2014), avalia os índices de sentido de vida e busca por sentido. É composto por dez itens (cinco para cada dimensão; *e.g.* "Eu entendo o sentido da minha vida", "Estou procurando por algo que faça a minha vida ser significativa") respondidos em escala de sete pontos (de *Totalmente falsa* a *Totalmente verdadeira*).

**Escala de Satisfação com a Vida.** Este instrumento foi adaptado e validado para o contexto brasileiro por Gouveia, Milfont, Fonseca e Coelho (2009) e é composto por cinco itens que avaliam a satisfação com a vida (ex.: "Estou satisfeito com a minha vida"), respondidos em escala tipo *Likert* variando de 1 (*Discordo totalmente*) a 7 (*Concordo totalmente*). Os índices de ajuste obtidos no estudo de validação dão suporte à sua adequação psicométrica: GFI = 0,99; TLI = 0,98; CFI = 0,99; RMSEA = 0,06; SRMR = 0,02.

## Procedimento

### Coleta dos dados.

Os dados foram coletados por psicólogos em Instituições públicas e privadas de Ensino Superior, nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Os participantes foram convidados a contribuir voluntariamente, em sala de aula, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após a explicação geral do estudo. Os participantes foram informados que se tratava de uma pesquisa para compreender "As práticas adotadas pelos seus pais durante a infância e a adolescência e seus sentimentos e opiniões atuais". Os respondentes receberam, após a assinatura do TCLE, um livreto contendo os instrumentos de coleta de dados e foram instruídos quanto ao seu preenchimento. Foi esclarecido que cada participante deveria avaliar uma única figura parental (pai **ou** mãe ou outro ator familiar que representasse um desses dois papéis, *e.g.* avô/avó, tio/tia). O tempo de resposta aos questionários foi de aproximadamente 30 minutos. Durante a aplicação foram assegurados o sigilo das respostas e a possibilidade de desistência a qualquer momento.

### Análise dos dados.

Os dados foram tabulados com o uso do PASW *Statistics* por meio do qual foram realizadas as análises estatísticas descritivas (frequências, médias, desvios-padrão) e inferenciais (modelos lineares). Os escores das práticas e dimensões da ESPA-29 foram calculados segundo os critérios preconizados pelo Manual de Aplicação, obtendo-se os escores médios dos itens de cada prática parental e posteriormente das Grandes Dimensões (Aceitação/Implicação e Severidade/Imposição). A obtenção dos estilos e a consequente classificação dos casos deram-se pelo método empírico mediante a análise de *Clusters* (técnica *k-Means*), tendo sido solicitados o quatro agrupamentos preconizados pela teoria e já corroborados no Estudo 1.

Para a investigação das relações entre os estilos de socialização, os indicadores de ajustamento psicossocial e as dimensões da Orientação para o Perdão, foram realizadas MANOVAs, por blocos, onde no primeiro conjunto foram testadas as relações entre os estilos e o ajustamento psicossocial (tomando todas as escalas de ajustamento como variáveis dependentes) e, no segundo bloco, foram analisados os efeitos dos estilos sobre os escores da escala de orientação para o perdão. Para todas as análises foi utilizado como critério de significância $\alpha$=0,05.

## Resultados

### Dados Gerais dos Participantes

Tabela 2.1.
*Estatísticas Descritivas dos Dados Sociodemográficos dos Participantes.*

| | | *n* | % válido |
|---|---|---|---|
| Sexo | Feminino | 206 | 58,5 |
| | Masculino | 146 | 41,5 |
| Parente avaliado | Pai | 271 | 77,9 |
| | Mãe | 76 | 21,8 |
| | | *M* | *DP* |
| Idade | | 23,92 | 7,12 |
| Renda Familiar (R$) | | 2611,24* | 2426,56 |

*A mediana para esta variável é de 1.908,00.

### Qualidades Psicométricas da(s) Escala(s) de Orientação Para o Perdão

Com o fito de investigar as qualidades psicométricas das escalas de Orientação para o Perdão, viabilizando assim o seu emprego no presente estudo, realizou-se uma série de análises fatoriais exploratórias em seus itens. Para tanto, utilizou-se os critérios de extração preconizados pela literatura, especificamente os de Kaiser (*eigenvalues* iguais ou superiores a 1,0), Cattell (inflexão do gráfico *Scree Plot*) e proporção de variância explicada. Fora

utilizado o método de fatoração de eixos principais e consideradas as cargas fatoriais iguais ou superiores a 0,3.

A primeira análise investigou a subescala de *Concordância com o Perdão*. Por meio do *software PASW Statistics* foram obtidos os coeficientes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e de Esfericidade de Bartlett ($\chi^2$). Coeficientes KMO > 0,7 e $\chi^2$ de Bartlett estatisticamente significante sugerem que a estrutura de itens apresenta boa fatorabilidade (Field, 2009). Para a seleção dos possíveis fatores a serem extraídos foram utilizados os critérios de Kaiser e Cattell de maneira conjunta.

Os resultados desta etapa preliminar apontaram para a adequação da amostra à análise fatorial, com KMO = 0,93 e $\chi^2(105) = 2494{,}81$, $p < 0{,}001$. A solução inicial apresentou dois fatores com *eigenvalues* maiores que 1,0, embora o *Scree Plot* tenha apontado a existência de um único fator explicativo do conjunto de itens, retendo 48% da variância. As cargas fatoriais e comunalidades dos itens com a estrutura unifatorial são apresentadas na Tabela 2.2.

A consistência interna dessa escala na presente amostra, conforme aferida pelo coeficiente Alfa de Cronbach, mostrou-se satisfatória ($\alpha = 0{,}91$).

**Figura 2.** *Scree Plot*.

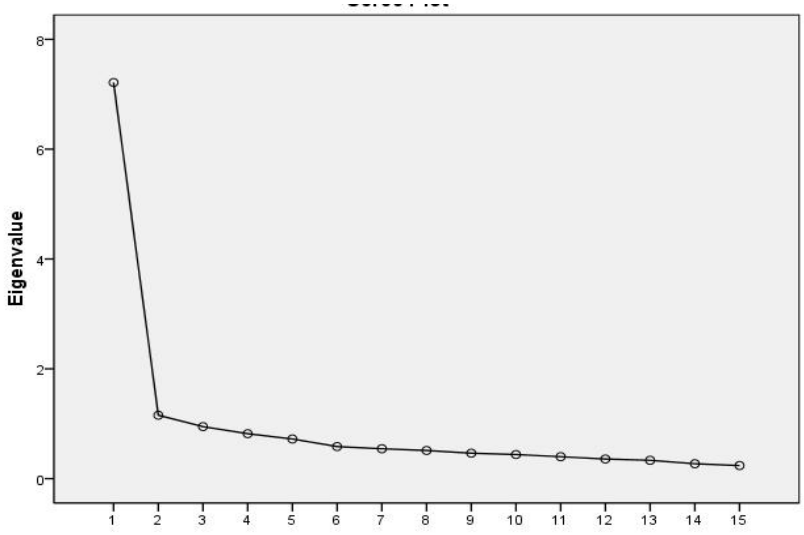


*Figura 2. Scree Plot* da Análise Fatorial Exploratória da Escala de Concordância com o Perdão.

A segunda análise levou em conta a subescala de *Atitudes com o Perdão*. De modo análogo ao observado com a subescala anterior, os dados apresentaram boa fatorabilidade com KMO = 0,95 e $\chi^2(105) = 2865{,}57$, $p < 0{,}001$. Dois fatores emergiram com valores superiores a 1,0, mas o *Scree Plot* aponta para a maior adequação de uma estrutura unifatorial para os itens nesta amostra, explicando 54,11% da variância. O coeficiente Alfa de Cronbach para esta subescala foi $\alpha = 0{,}94$.

**Figura 3.** *Scree Plot*.

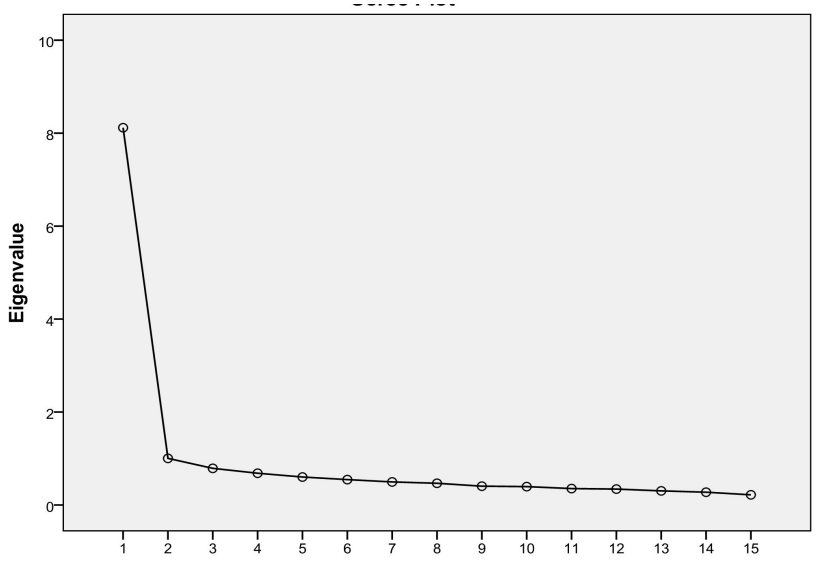


*Figura 3. Scree Plot* da Análise Fatorial Exploratória da Escala de Atitude para o Perdão.

Tabela 2.2.
*Cargas Fatoriais e Coeficientes de Comunalidade dos Itens das Escalas de Concordância e Atitude Para o Perdão .*

| Item | Concordância | | Atitude | |
|---|---|---|---|---|
| | λ | $h^2$ | λ | $h^2$ |
| 1.Seu melhor amigo (a) lhe trai no seu segredo mais íntimo. | 0,65 | 0,42 | 0,73 | 0,53 |
| 2. O seu parceiro (a) romântico (a) vem mentindo pra você para se livrar de algumas obrigações. | 0,68 | 0,46 | 0,64 | 0,42 |
| 3. Seu chefe lhe demite sem aviso prévio. Você deve sair do trabalho amanhã. | 0,67 | 0,46 | 0,61 | 0,37 |
| 4. Um parente seu lhe humilha na frente do seu superior. | 0,76 | 0,58 | 0,8 | 0,65 |
| 5. Um estranho entra na sua casa e lhe rouba. | 0,71 | 0,51 | 0,81 | 0,66 |
| 6. O seu parceiro (a) romântico (a) lhe trai no seu segredo mais íntimo. | 0,75 | 0,56 | 0,83 | 0,68 |
| 7. Seu amigo do mesmo sexo rouba o seu parceiro (a) romântico (a). | 0,41 | 0,17 | 0,61 | 0,38 |
| 8. Seu chefe parece lhe abusar pedindo sempre pra você fazer tarefas insignificantes. | 0,65 | 0,43 | 0,68 | 0,47 |
| 9. Um parente consistentemente quebra promessa lhe deixando sempre muito desapontado. | 0,67 | 0,44 | 0,75 | 0,56 |
| 10. Um estranho atira em você e lhe deixa paralítico. | 0,72 | 0,52 | 0,76 | 0,57 |
| 11.Você vê um estranho bater em seu carro em um estacionamento e rapidamente ir embora. | 0,68 | 0,46 | 0,66 | 0,43 |
| 12.Seu chefe deu uma promoção para alguém menos qualificado que você. Você está agora em uma situação inferior a pessoa que foi promovida. | 0,63 | 0,4 | 0,65 | 0,42 |
| 13. O seu parceiro (a) romântico (a) tem um *affair* (um caso) fora do relacionamento. | 0,67 | 0,46 | 0,74 | 0,54 |
| 14. Um membro da família agride você fisicamente sempre que vocês brigam. | 0,7 | 0,47 | 0,72 | 0,52 |
| 15. Seu melhor amigo convida todos os outros amigos para uma festa importante. Você foi deliberadamente excluído. | 0,58 | 0,34 | 0,66 | 0,44 |

Após a obtenção da solução fatorial mais adequada para cada subescala, seus escores foram calculados como a soma das respostas dadas a cada item individualmente. As estatísticas descritivas e correlação para as subescalas de Orientação para o Perdão são apresentadas na Tabela 2.3.

Tabela 2.3.
*Estatísticas Descritivas e Correlação de Pearson Entre as Subescalas de Orientação para o Perdão (N = 353).*

| | Mín | Máx | *M* | *DP* | *r* |
|---|---|---|---|---|---|
| Concordância com o Perdão | 15 | 75 | 23,3 | 9,54 | 0,72 ($p$ < 0,001) |
| Atitude com o perdão | 15 | 75 | 31,83 | 13,79 | |

Os resultados apresentados na Tabela 2.3 apontam que as pessoas tendem a ter uma concordância com o perdão *menor* do que sua atitude ou propensão em perdoar. De fato, a diferença entre as médias é significante, com $t(351) = -16{,}766$, $p < 0{,}001$, representando um efeito elevado ($d = 4{,}01$).

**Classificação e Estatísticas Descritivas dos Estilos de Socialização**

Conforme explicado na seção *Análise de dados*, foram computados os escores individuais para cada uma das sete práticas parentais avaliadas pela ESPA-29. As estatísticas descritivas para estas variáveis são apresentadas na Tabela 2.4. Ainda, são apresentadas as estatísticas referentes às dimensões Aceitação/Implicação e Severidade/Imposição, oriundas da combinação das práticas parentais.

Tabela 2.4.
*Estatísticas Descritivas para as Práticas Parentais e Dimensões da ESPA-29.*

| | | *M* | *DP* |
|---|---|---|---|
| Práticas Parentais | Afeto | 2,94 | 0,86 |
| | Indiferença | 1,54 | 0,61 |
| | Diálogo | 2,99 | 0,73 |
| | Displicência | 1,31 | 0,42 |
| | Privação | 1,59 | 0,61 |
| | Coerção Física | 1,16 | 0,35 |
| | Coerção Verbal | 2,75 | 0,65 |
| Dimensões | Aceitação/Implicação | 3,27 | 0,48 |
| | Severidade/Imposição | 1,83 | 0,42 |

Entre as práticas parentais, a maior média observada referiu-se à expressão de Diálogo, com média 2,99 (numa amplitude possível de 1 a 4). A menor média foi encontrada para a prática de coerção física (*M* = 1,16; *DP* = 0,35). Já no que tange às dimensões, Aceitação/Implicação apresentou média 3,27 (*DP* = 0,48), ao passo que Severidade/Imposição teve escore médio em 1,83 (*DP* = 0,42).

A extração dos estilos de socialização e a posterior classificação dos casos em cada estilo foram realizadas por meio da análise de *Clusters*. Foram inseridas na análise as duas dimensões (Aceitação/Implicação e Severidade/Imposição) e solicitada uma solução com quatro conglomerados que maximizassem ao máximo as similitudes e diferenças entre os escores das dimensões, gerando assim os quatro estilos previstos na teoria. A Tabela 2.5 abaixo apresenta os resultados da análise e a distribuição dos casos ao longo dos quatro estilos parentais.

Tabela 2.5.
*Médias (centroides) e Frequências para cada um dos Quatro Estilos de Socialização (N = 352)*

| | | Estilo | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Autoritativo | Autoritário | Indulgente | Negligente |
| Dimensão | A/I | 3,72 | 2,89 | 3,44 | 2,63 |
| | S/I | 2,24 | 2,30 | 1,62 | 1,52 |
| N | *n* | 89 | 43 | 144 | 76 |
| | % | 25,3 | 12,3 | 40,9 | 21,5 |

Conforme a Tabela 2.5, o estilo de socialização predominante na amostra consultada foi o Indulgente, reunindo 40,9% dos casos, seguido de Autoritativo (25,3%), Negligente (21,5%) e Autoritário (12,3%).

**Estatísticas Descritivas e Correlações dos Indicadores de Ajustamento Psicossocial**

As estatísticas descritivas das variáveis de ajustamento psicossocial são apresentadas na Tabela 2.6. A respeito do Sentido de Vida, a subescala Presença de Sentido apresentou

escore médio de 23,03 (*DP* = 7,29), dentro de uma variação possível de 4 a 35 pontos. Um escore médio similar também foi encontrado para a subescala Busca de Sentido, com *M* = 24,02 (*DP* = 7,89), de uma variação possível de 5 a 35 pontos. Para a escala de Felicidade Subjetiva, cujos valores oscilaram de 4 a 28, observou-se uma média de 18,64 (*DP* = 3,22), ao passo que a escala de Satisfação com a Vida atingiu escore médio de 23,5 (*DP* = 6,13) num intervalo de variação de 5 a 57 pontos.

Tabela 2.6.
*Estatísticas Descritivas dos Indicadores de Ajustamento Psicossocial (n = 353).*

| | | Mín | Máx | *M* | *DP* |
|---|---|---|---|---|---|
| Sentido de Vida | Presença de Sentido | 4 | 35 | 23,03 | 7,29 |
| | Busca de Sentido | 5 | 35 | 24,02 | 7,89 |
| Felicidade Subjetiva | | 4 | 28 | 18,64 | 3,22 |
| Satisfação com a Vida | | 5 | 57 | 23,5 | 6,13 |

Na Tabela 2.7 são apresentados os coeficientes de correlação de *Pearson* entre as escalas de Sentido de Vida (Presença e Busca de Sentido), Satisfação com a Vida e Felicidade Subjetiva, além das subescalas de Orientação para o Perdão (concordância e atitude).

Conforme pode ser visto, Presença de Sentido e Busca de Sentido apresentaram correlação negativa e relativamente fraca ($r$ = -0,26, $p < 0,01$). Valores mais significativos foram encontrados entre a Presença de Sentido e a Satisfação com a Vida ($r$ = 0,49, $p < 0,01$) e entre Presença de Sentido e Felicidade Subjetiva ($r$ = 0,39, $p < 0,01$). Ainda, Presença de Sentido e a Atitude para o Perdão apresentaram correlação positiva, mas fraca ($r$ = 0,12, $p < 0,05$). Já a Busca de Sentido mostrou-se negativamente correlacionada com o Sentido de Vida ($r$ = -0,27, $p < 0,01$) e com a Atitude para o Perdão ($r$ = -0,14, $p < 0,05$).

Satisfação com a Vida e Felicidade Subjetiva apresentaram correlação de $r$ = 0,38 ($p < 0,01$). Uma correlação fraca ainda foi encontrada entre a Satisfação com a Vida e a Atitude

para o Perdão ($r$ = 0,11, $p$ < 0,05). Por fim, as subescalas de Concordância e Atitude para o Perdão apresentaram uma correlação positiva e forte ($r$ = 0,72, $p$ < 0,01).

Tabela 2.7.
*Correlações de Pearson (Diagonal Superior) e Significâncias das Correlações (Diagonal Inferior) entre as Medidas de Ajustamento Psicossocial (n = 353).*

| | PS | BS | SV | FS | CP | AP |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Presença de Sentido (PS) | 1 | -0,26 | 0,49 | 0,39 | 0,04 | 0,12 |
| Busca de Sentido (BS) | ** | 1 | -0,27 | -0,06 | -0,07 | -0,14 |
| Satisfação com a Vida (SV) | ** | ** | 1 | 0,38 | - | 0,11 |
| Felicidade Subjetiva (FS) | ** | ** | ** | 1 | - | 0,03 |
| Concordância com o Perdão (CP) | Ns | ns | ns | ns | 1 | 0,72 |
| Atitude com o Perdão (AP) | * | ** | * | ns | ** | 1 |

*Significante ao nível de 0,05; ** Significante ao nível de 0,01.

**Relações Entre os Estilos de Socialização e o Ajustamento Psicossocial**

Os resultados da MANOVA são apresentados na Tabela 2.8. Os achados sugerem que, em geral, o estilo de socialização parece não exercer efeito multivariado sobre o ajustamento psicossocial dos participantes consultados ($\lambda$=0,948; $F_{12;910}$=1,537; p=0,105), mesmo com um poder observado de valor razoável (82,5%). Uma análise ao nível de cada variável de ajustamento indica que os estilos têm efeito significante somente sobre a Presença de Sentido ($F_{3;347}$=2,946; p=0,033) e a Satisfação com a Vida ($F_{3;347}$=3,050; p=0,029).

Tabela 2.8.
*Estatísticas Univariadas e Multivariadas dos Efeitos dos Estilos de Socialização sobre os Indicadores de Ajustamento Psicossocial*

| | F | p | $\eta^2_{parcial}$ | Efeito multivariado[a] | |
|---|---|---|---|---|---|
| Presença de sentido | 2,946 | 0,033 | 0,025 | λ | 0,948 |
| Busca de sentido | 0,794 | 0,498 | 0,007 | F | 1,541 |
| Felicidade subjetiva | 2,425 | 0,065 | 0,021 | p | 0,105 |
| Satisfação com a vida | 3,050 | 0,029 | 0,026 | $\eta^2_{parcial}$ | 0,018 |

[a] Considerando a combinação de todas as variáveis dependentes.

**Análise de efeitos principais.**

Para o estudo dos efeitos principais dos estilos de socialização sobre a presença de sentido e a satisfação com a vida, foram efetuadas comparações emparelhadas tendo como variável independente os quatro estilos de socialização, utilizando o método LSD para a correção do critério de significância. Os resultados apontam que o estilo negligente foi o único a apresentar efeitos significantes. No que tange à Presença de Sentido, os respondentes do estilo negligente apresentaram escores médios sistematicamente inferiores aos dos participantes de famílias Autoritativas ($p$=0,004) e Indulgentes ($p$=0,035), não havendo diferenças em relação aos das famílias classificadas como Autoritárias ($p$=0,313). O mesmo padrão pôde ser observado em relação à satisfação com a vida (significâncias de 0,019, 0,006 e 0,175, respectivamente).

## Relações Entre os Estilos de Socialização e a Orientação para o Perdão

Os resultados da MANOVA são apresentados na Tabela 2.9. Conforme pode ser visualizado, não foram encontrados efeitos multivariados ($F_{12;910}$=1,335; $p$=0,193) ou univariados dos estilos de socialização sobre os escores das subescalas de orientação para o perdão na amostra consultada.

Tabela 2.9.
*Estatísticas Univariadas e Multivariadas dos Efeitos dos Estilos de Socialização sobre as Subescalas de Orientação para o Perdão.*

| | *F* | *p* | $\eta^2_{parcial}$ | Efeito multivariado[a] | |
|---|---|---|---|---|---|
| Concordância com o perdão | 1,287 | 0,279 | 0,011 | λ | 0,955 |
| Atitude com o perdão | 1,586 | 0,192 | 0,014 | *F* | 1,335 |
| | | | | *p* | 0,193 |
| | | | | $\eta^2_{parcial}$ | 0,015 |

[a] Considerando a combinação de todas as variáveis dependentes.

## Discussão Parcial

As análises levadas a cabo neste estudo permitiram testar as características psicométricas da nova Escala de Orientação para o Perdão, que é composta por duas subescalas: Concordância com o Perdão e Atitude para o Perdão. De fato, trata-se de duas abordagens à mesma escala, visto que se tratam dos mesmos itens aos quais se sugere que o participante responda tendo em mente o quanto concorda que deveria usar o perdão para resolver o conflito suscitado pelo item ou, por outro lado, apontar seu grau de "probabilidade", propensão em responder ao conflito perdoando – atitude favorável ao perdão.

Os resultados das análises fatoriais apontam para a solidez e unidimensionalidade dos itens do instrumento. Isto porque, apesar de trazerem contextos diferentes em que a mágoa se processa (ex.: parentes, parceiros românticos, amigos), abordam conflitos em que há a presença de uma injustiça que suscita a decisão de perdoar ou não o seu ofensor. Nas suas duas configurações (representadas pelas subescalas), o instrumento apresentou solução unifatorial e bons índices de consistência interna. De fato, as escalas de atitude para o perdão baseadas na teoria que aqui se adotou têm se mostrado úteis na avaliação do perdão e se comportam bem nas investigações sobre suas qualidades psicométricas, conforme mostrado alhures (Andrade, 2014). Aponta-se como uma limitação desse estudo o emprego de uma

análise fatorial exploratória, a qual baseia-se na estrutura de correlações subjacentes aos dados mais do que em uma teoria anterior que fundamente as relações entre os construtos. Sugere-se que novos estudos possam utilizar estratégias confirmatórias na análise desse instrumento.

Um dado que merece a atenção é o fato de os escores médios da *atitude para o perdão* terem se mostrado sistematicamente superiores aos da *concordância com o perdão*. Tal resultado suscita a questão sobre a qualidade do raciocínio do perdão presente entre os respondentes, visto que, conforme os resultados, boa parte declara que perdoaria mesmo concordando pouco que deveria fazê-lo.

Acerca dos estilos de socialização, a análise de *clusters* permitiu classificar a maioria dos casos como oriundos de lares Indulgentes. Esse resultado corrobora o que fora encontrado no Estudo 1, embora com a ampliação do universo amostral a distribuição de frequências dos quatro estilos tenha se mostrado mais homogênea no presente estudo. O estilo Negligente, que no Estudo 1 reuniu somente 0,5% dos casos, foi responsável por agrupar 21,5% dos respondentes nesta fase.

O efeito dos estilos de socialização sobre os indicadores de ajustamento psicossocial foi testado por meio de um modelo linear geral multivariado (MANOVA). Como resultado, não foi possível identificar um efeito significante dos estilos sobre o conjunto de indicadores em bloco, mas somente efeitos univariados dos estilos sobre a *presença de sentido* e a *satisfação com a vida*. A análise pormenorizada indica que esse efeito se localiza no estilo *negligente*, o qual exerce efeito negativo sobre os indicadores quando comparado aos estilos *autoritativo* e *indulgente*, não tendo sido identificada uma diferença entre o estilo negligente e o autoritário. Desse modo, tal resultado, embora não confirme as hipóteses $H_1$ e $H_2$, apontam teoricamente para uma direção similar, ou seja, que o estilo negligente, considerado o mais maléfico ao desenvolvimento e ajustamento psicossocial dos filhos, atua como fator de risco para o sentido de vida e a satisfação com a vida.

As hipóteses $H_3$ e $H_4$ não puderam ser confirmadas. Isso porque, embora os achados de Santos (2014) tenham apontado que os filhos de mães indulgentes tendem a apresentar concepções mais avançadas sobre o perdão, visto que em tais relações entre pais e filhos a prática de diálogo é relativamente frequente, no presente estudo não foram encontradas relações significantes entre os estilos de socialização e os componentes da Orientação para o Perdão. Uma possibilidade explicativa para essa ausência de associação, teoricamente esperada, é a existência de variáveis confundidoras ou mediadoras entre os estilos de socialização e a orientação para o perdão. Outra possibilidade é que o instrumento, apesar de ter apresentado boas qualidades psicométricas *de per se*, não esteja funcionando de maneira pura na operacionalização do construto orientação para o perdão em sua rede nomotética.

# DISCUSSÃO GERAL

O objetivo deste trabalho foi investigar as relações entre os estilos de socialização parental, a orientação para o perdão e o ajustamento psicossocial de jovens adultos. Para tanto, dois estudos independentes foram levados a termo, com a colaboração de cerca de 430 participantes voluntários, estudantes universitários oriundos de instituições públicas e privadas de dois Estados do Nordeste brasileiro.

A forma como os pais interagem com seus filhos em termos de disciplina, afeto, diálogo e controle, organiza-se de tal forma que é possível classificar suas práticas nos assim chamados estilos parentais ou estilos de socialização (Baumrind, 1966, 1971; Darling & Steinberg, 1993; Maccoby & Martin, 1983; Maccoby, 1992).

Os estudos seminais na área dos estilos parentais classificavam os padrões comportamentais e atitudinais dos pais em três estilos, a saber: permissivo, autoritário e autoritativo, configurando o modelo tripartite dos estilos parentais (Baumrind, 1971; Darling & Steinberg, 1993). Esse modelo ganhou destaque no anos 1960-1970, tendo recebido indícios de sua robustez em vários estudos empíricos na área (Baumrind, 1966, 1971; Darling & Steinberg, 1993).

O principal avanço foi trazido por Eleanor Maccoby, que propôs uma revisão do modelo tripartido, propondo um novo modelo que considerava a existência de dois grandes eixos da parentalidade: responsividade e exigência. Do cruzamento desses dois eixos chegou-se à configuração com quatro estilos, denominados autoritativo, autoritário, negligente e indulgente. (Maccoby & Martin, 1983; Maccoby, 1992)

O modelo dos quatro estilos tem predominado na maioria dos estudos sobre socialização, e as evidências apontam para a sua adequação em variados contextos e relativos

a diferentes variáveis-resposta (Garaigordobil & Aliri, 2012; García & Gracia, 2009; Martínez et al., 2013; Martínez et al., 2007; Moraes et al., 2007; Musitu & García, 2005).

Os resultados obtidos neste estudo dão suporte à adequação do modelo quadripartido dos estilos de socialização ao contexto local, inclusive em relação ao modelo que considera somente três estilos. Tal achado contribui para o fortalecimento da teoria e confirmam, entre outras coisas, a boa qualidade do instrumento empregado (ESPA-29).

Nas duas fases desse Estudo, o estilo Indulgente mostrou-se o predominante nos relatos dos participantes sobre sua socialização. Vários estudos têm advogado para o melhor funcionamento do estilo Indulgente nas culturas latinas, mesmo em comparação ao estilo autoritativo o qual se mostra, na maioria dos estudos internacionais, o mais benéfico para o desenvolvimento psicossocial dos filhos (Carlo et al., 2010; García & Gracia, 2009; Martínez et al., 2013, 2007; Musitu & García, 2004).

Por outro lado, o estilo Negligente, considerado pela maioria dos pesquisadores como o mais prejudicial ao desenvolvimento dos filhos, apresentou frequência relativamente alta nos dados obtidos no Estudo 2, sendo maior inclusive do que a ocorrência do estilo Autoritário. Embora apresente uma carga semântica repulsiva, por motivos que a História explana, o estilo autoritário é caracterizado por altos índices de disciplina parental, que não necessariamente passa pela disciplina física. De fato, em alguns países o estilo autoritário se mostra benéfico ao desenvolvimento de crianças e adolescentes dadas as idiossincrasias de cada cultura. De modo geral, dados têm dado suporte à ideia de que, embora tenha um desempenho inferior em termos de respostas desenvolvimentais positivas quando comparado aos estilos Indulgente e Autoritativo, o estilo Autoritário se mostra sistematicamente mais positivo do que o estilo Negligente em todos os estudos consultados.

No que tange ao efeito da socialização sobre os indicadores de ajustamento psicossocial, somente foi possível encontrar uma relação com a Presença de Sentido e

Satisfação com a Vida. Os participantes que referiram pais negligentes apresentaram médias sistematicamente inferiores nesses indicadores quando comparados aos oriundos de famílias autoritativas e indulgentes. De fato, estudiosos têm encontrado que filhos de pais negligentes tendem a apresentar pobres indicadores de ajustamento, com maior ocorrência de comportamentos disruptivos, delinquência e uso de entorpecentes (Becoña et al., 2012; García & Gracia, 2009). Ainda, Lereya et al. (2013) apontam que filhos de famílias negligentes apresentam maiores chances de se envolverem em práticas de *bullying*, seja como perpetrador ou vítima. Os resultados obtidos neste estudo, embora não tenham permitido confirmar a hipótese segundo a qual o estilo indulgente seria o mais protetivo para o ajustamento psicossocial (Carlo et al., 2010; García & Gracia, 2009; Martínez et al., 2013, 2007; Musitu & García, 2004), apontaram que o estilo negligente funciona como fator de risco para o desenvolvimento psicossocial saudável, exercendo impacto negativo na avaliação dos filhos sobre sua qualidade de vida.

Os resultados referentes à Orientação para o Perdão foram, por sua vez, praticamente inconclusivos. Isso porque não foi possível encontrar efeitos substanciais dos estilos de socialização ou mesmo dos indicadores de ajustamento psicossocial.

A literatura demonstra que o perdão associa-se diretamente ao bem-estar psicológico, havendo evidências para a causalidade em ambas as direções (Bono et al., 2008). Estudos experimentais também têm apontado para esta relação, que é mediada pelo nível de comprometimento com o ofensor (Karremans et al., 2003). Os resultados encontrados no presente estudo sugerem apenas correlações fracas entre a orientação para o perdão e os escores de Sentido de Vida, Satisfação com a Vida e Felicidade Subjetiva. Embora a Escala de Orientação para o Perdão não avalie diretamente o perdão de ofensas específicas, senão as atitudes perante situações hipotéticas, não se pode ignorar o papel mediador do comprometimento com o ofensor na relação entre a orientação para perdoar e os indicadores

de bem-estar. Tal situação é ainda mais evidenciada pelo conteúdo dos itens que traz diferentes personagens, com os quais se presume que o comprometimento apresente diferenças (ex.: parceiros românticos e desconhecidos). Sugere-se que outros estudos possam testar essa associação utilizando, por exemplo,medidas do perdão de ofensas reais, levando em consideração a qualidade da relação entre ofensor e vítima.

Quando se trata das relações entre os estilos de socialização e a orientação para o perdão, os resultados lançam ainda menos luz sobre o problema. Isso porque as análises não revelaram qualquer efeito significativo dos estilos sobre a concordância e atitude relativos ao perdão de ofensas interpessoais. Já é sabido que as práticas e atitudes parentais exercem efeito sobre a qualidade do raciocínio dos filhos sobre o perdão (Santos, 2014), o que levou à expectativa de que também em relação à orientação para o perdão se pudessem observar efeitos dos estilos parentais. A não identificação de qualquer relação suscitou algumas questões, a exemplo: seria esse resultado consequência de uma *real* falta de associação entre as variáveis ou, principalmente, fruto de uma *incapacidade metodológica* de absorver o efeito? Considerando que os relatos sobre os estilos parentais referiram-se ao passado, ou seja, adultos recuperando suas *lembranças* ou *opiniões* acerca de como foram tratados na infância e adolescência, como esse lapso temporal pode ter contribuído para a "poluição" dos resultados? Ainda, quais outros elementos podem exercer ou ter exercido influência sobre a propensão, prontidão ou atitude favorável ao perdão?

Tabachnick e Fidell (2007) apontam como alguns fatores que podem causar a não identificação de efeitos significativos o tamanho amostral, o poder estatístico (probabilidade de rejeitar a $H_0$) e o tamanho do efeito propriamente dito (a parcela de variância na(s) VD(s) atribuível à(s) VI(s)). Esses três fatores são intimamente relacionados e críticos para que o pesquisador possa tirar conclusões sobre seus resultados, principalmente quando não é possível obter significância estatística ou quando o tamanho do efeito encontrado não tem

robustez do ponto de vista clínico ou prático. No que tange ao presente estudo, no qual não foi possível encontrar alguns dos efeitos esperados, ou seja, rejeitar $H_0$,, coube questionar se havia, de fato, nos dados, a possibilidade ou habilidade de detectar os efeitos esperados, dadas as características da amostra (tamanho, composição dos grupos, etc.). Decidiu-se, portanto, proceder a uma investigação posterior da adequação dos dados à análise empregada.

A análise do poder estatístico foi efetuada por intermédio do *software G*Power* (versão 3.1.9.2). Tratou-se de uma análise tipo *post hoc* para o teste de efeitos globais de modelos MANOVA. Foram inseridos para o cálculo o tamanho amostral, critério de significância (α=0,05), número de grupos da variável independente, número de variáveis dependentes e o tamanho do efeito, dado pelo quadrado do valor da estatística *Traço de Pillai*. A Tabela 2.10 apresenta os resultados da análise de poder.

Tabela 2.10.
*Estimativas do Valor Crítico da Estatística F e do Poder Estatístico para os Modelos MANOVA com Duas e Quatro Variáveis Dependentes (N=352).*

| Número de VDs | *F* Crítico | Poder estimado |
|---|---|---|
| 2 | 2,111 | 0,82 |
| 4 | 1,761 | 0,81 |

Os valores apresentados na Tabela 2.10 sugerem que, considerando as características dos dados do presente estudo, haveria uma probabilidade superior a 80% de se identificar os efeitos, caso estes existissem na população.

A possibilidade de que os participantes tenham tido dificuldades em acessar fielmente as lembranças sobre as práticas adotadas por seus pais não pode ser negligenciada. O intervalo de tempo entre a experiência e o relato – algumas décadas –, bem como a influência de outros agentes socializadores ao longo da vida adulta, pode ter contribuído com a dissipação do

efeito da socialização parental sobre a forma como os participantes concebem e utilizam o perdão para dirimir seus conflitos.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese de doutoramento objetivou testar as relações teorizadas entre os estilos de socialização parental, a orientação para o perdão de ofensas interpessoais e três variáveis de ajustamento psicossocial positivo: sentido de vida, satisfação com a vida e felicidade subjetiva. Tal estudo teve por finalidade esclarecer o papel da socialização parental sobre a concepção, concordância e atitudes referentes à utilização do perdão como estratégia para a resolução de conflitos interpessoais. Buscou, ainda, ampliar o conhecimento sobre os efeitos da socialização parental sobre o ajustamento psicossocial dos filhos.

De início foram apresentadas reflexões teóricas e revisões da bibliografia sobre os três grandes eixos teóricos da tese, a saber: socialização parental (Capítulo 1), perdão e orientação para o perdão (Capítulo 2), e ajustamento psicossocial positivo (Capítulo 3). Fundamentou-se cada eixo em uma perspectiva teórica que permitiu dar suporte às escolhas metodológicas subsequentes.

Dois estudos empíricos independentes permitiram, de forma integrativa, responder aos problemas de pesquisa. De início, pôde-se demonstrar que o modelo dos quatro estilos de socialização, proposto por Maccoby e seu grupo, apresenta bons indícios de validade ecológica no contexto local em que foram aplicadas as medidas. Em seguida, foi possível concluir pela boa adequação psicométrica da Escala de Orientação para o Perdão, nas suas formas de atitude e concordância.

Os principais resultados dos estudos apontaram que a socialização parental exerce impacto nos índices de bem-estar, com destaque para o papel do padrão negligente que influencia negativamente o ajustamento psicossocial e a saúde mental dos participantes. Já no tocante ao perdão interpessoal, viu-se que os estilos de socialização não puderam ser associados à concordância ou à atitude em perdoar ofensas. Uma análise *post hoc* permitiu

concluir que a configuração dos dados ofereceu condições suficientes para identificar uma relação, caso a mesma existisse na população, sugerindo que de fato as duas variáveis parecem não estar diretamente relacionadas. A possibilidade de existência de variáveis de confusão ou a mediação por outros construtos deve ser levada em consideração em estudos posteriores que versem sobre esta relação.

**Limitações e Direções Futuras**

Algumas limitações deste estudo merecem ser evidenciadas. A primeira delas refere-se à composição amostral. Os resultados de pesquisas que têm como participantes estudantes universitários podem não necessariamente refletir o comportamento das variáveis na população geral, dados os vieses encontrados nesse universo de pesquisa (gênero, nível socioeconômico, acesso a bens e serviços etc.). No caso em tela, em que a amostra foi composta majoritariamente por mulheres estudantes de cursos das áreas de Saúde e Ciências Humanas, faz-se necessário analisar os resultados com cautela e refletir sobre as possíveis diferenças observadas caso o universo amostral fosse, por exemplo, jovens carentes das periferias urbanas. A segunda limitação diz respeito ao relato de jovens adultos e adultos sobre a forma como foram tratados durante a infância e adolescência. Um estudo que pudesse acessar tais avaliações durante o próprio período de socialização poderia trazer de maneira mais clara as relações hipotetizadas entre a socialização e os demais indicadores aqui abordados. Terceiro, a obtenção dos relatos por meio de uma única fonte (autorrelato) fornece menos informação do que, por exemplo, nos casos em que são obtidas informações oriundas dos agentes de socialização, bem como vídeo, experimentos e levantamento de dados *in loco*.

Sugere-se que estudos futuros possam estudar as relações aqui testadas por meio de estratégias de múltiplas fontes de dados, principalmente no que tange aos estilos parentais. Ainda, a substituição das escalas de atitude genéricas pela avaliação de situações reais de

ofensas interpessoais pode contribuir para uma compreensão mais fiel do processo de perdoar ofensas.

# REFERÊNCIAS

Adams, G. R., Jones, R. M., Schvaneveldt, J. D., & Jenson, G. O. (1982). Antecedents of affective role-taking behaviour: adolescent perceptions of parental socialization styles. *Journal of Adolescence*, *5*(3), 259–65. Retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/7174954

Andrade, T. F. (2014). *Refinamento psicométrico da Escala de Atitudes para o Perdão (EFI)*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal da Paraíba.

Baumrind, D. (1966). Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior. *Child Development*, *37*(4), 887–907.

Baumrind, D. (1971). Current Patterns of Parental Authority. *Developmental Psychology Monograph*, *4*(1), 1–103.

Becoña, E., Martínez, Ú., Calafat, A., Juan, M., Fernández-Hermida, J. R., & Secades-Villa, R. (2012). Parental styles and drug use: A review. *Drugs: Education, Prevention, and Policy*, *19*(1), 1–10. doi:10.3109/09687637.2011.631060

Blondal, K. S., & Adalbjarnardottir, S. (2009). Parenting practices and school dropout: a longitudinal study. *Adolescence*, *44*(176), 729–749.

Boucher, M. E., Lecours, S., Philippe, F. L., & Arseneault, S. (2013). Parental socialization of emotion and depression in adulthood: The role of attitudes toward sadness. *Revue Européenne de Psychologie Appliquée/European Review of Applied Psychology*, *63*(1), 15–23. doi:10.1016/j.erap.2012.11.003

Camino, C., Camino, L., & Moraes, R. (2003). Moralidade e Socialização: Estudos Empíricos sobre Práticas Maternas de Controle Social e o Julgamento Moral. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, *16*(1), 41–61.

Carlo, G., Mestre, M. V., Samper, P., Tur, a., & Armenta, B. E. (2010). The longitudinal relations among dimensions of parenting styles, sympathy, prosocial moral reasoning, and prosocial behaviors. *International Journal of Behavioral Development*, *35*(2), 116–124. doi:10.1177/0165025410375921

Carneiro, R. S., & Oliveira, M. G. de C. (2013). Um estudo da relação entre estilos parentais e habilidades sociais. *Revista Augustus (Rio de Janeiro)*, *18*(36), 57–68.

Cassano, M. C., & Zeman, J. L. (2010). Parental socialization of sadness regulation in middle childhood: the role of expectations and gender. *Developmental Psychology*, *46*(5), 1214–26. doi:10.1037/a0019851

Chaplin, T. M., Cole, P. M., & Zahn-Waxler, C. (2005). Parental socialization of emotion expression: gender differences and relations to child adjustment. *Emotion (Washington, D.C.)*, *5*(1), 80–8. doi:10.1037/1528-3542.5.1.80

Chiaramello, S., Sastre, M. T. M., & Mullet, E. (2008). Seeking forgiveness: Factor structure, and relationships with personality and forgivingness. *Personality and Individual Differences*, *45*(5), 383–388. doi:10.1016/j.paid.2008.05.009

Coyle, C. T., & Enright, R. D. (1997). Forgiveness intervention with postabortion men. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *65*(6), 1042–6. Retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20186637

Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting Styles as Context: An Integrative Model. *Psychological Bulletin*, *113*(3), 487–496.

Eisenberg, N., Cumberland, A., & Spinrad, T. L. (1998). Parental Socialization of Emotion. *Psychological Inquiry*, *9*(4), 241–273.

Enright, R. D. (1996). Counseling within the forgiveness triad: On forgiving, receiving forgiveness, and self-forgiveness. *Couseling Values*, *40*(2), 107–126.

Enright, R. D., Freedman, S. R., & Rique, J. (1998). The psychology of interpersonal forgiveness. In R. D. Enright & J. North (Eds.), *Exploring Forgiveness* (pp. 46–57). Madison, WI.

Enright, R. D., & Human Development Study Group, T. (1991). The Moral Development of Forgiveness. In W. Kurtinez & J. Gewirtz (Eds.), *Handbook of Moral Behavior and Development* (pp. 123–152). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Fincham, F. D., & Beach, S. R. H. (2002). Forgiveness in Marriage: Implications for Psychological Aggression and Constructive Communication. *Personal Relationships*, *9*(3), 239–251. doi:10.1111/1475-6811.00016

Fincham, F. D., Beach, S. R. H., & Davila, J. (2004). Forgiveness and conflict resolution in marriage. *Journal of Family Psychology*, *18*(1), 72–81. doi:10.1037/0893-3200.18.1.72

Fincham, F. D., Paleari, F. G., & Regalia, C. (2002). Forgiveness in marriage: The role of relationship quality, attributions, and empathy. *Personal Relationships*, *9*(1), 27–37. doi:10.1111/1475-6811.00002

Finkel, E. J., Rusbult, C. E., Kumashiro, M., & Hannon, P. a. (2002). Dealing with betrayal in close relationships: Does commitment promote forgiveness? *Journal of Personality and Social Psychology*, *82*(6), 956–974. doi:10.1037//0022-3514.82.6.956

Fitzgibbons, R. P. (1986). The Cognitive and Emotive Uses of Forgiveness in the Treatment of Anger. *Psychoterapy*, *23*(4), 629–633.

Freedman, S. R., & Enright, R. D. (1996). Forgiveness as an intervention goal with incest survivors. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *64*(5), 983–92. Retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8916627

Garaigordobil, M., & Aliri, J. (2012). Parental Socialization Styles, Parents' Educational Level, and Sexist Attitudes in Adolescence. *The Spanish Journal of Psychology*, *15*(2), 592–603. doi:http://dx.doi.org/10.5209/rev_SJOP.2012.v15.n2.38870

García, F., & Gracia, E. (2009). Is Always Authoritative the Optimum Parenting Style? Evidence from Spanish Families. *Adolescence*, *44*(173), 101–131.

Hannon, P. a., Finkel, E. J., Kumashiro, M., & Rusbult, C. E. (2012). The soothing effects of forgiveness on victims' and perpetrators' blood pressure. *Personal Relationships*, *19*(2), 279–289. doi:10.1111/j.1475-6811.2011.01356.x

Hebl, J. H., & Enright, R. D. (1993). Forgiveness as a Psychoterapeutic Goal With Elderly Females. *Psychoterapy*, *30*(4), 658–667.

Hope, D. (1987). The Healing Paradox of Forgiveness. *Psychoterapy*, *24*(2), 240–244.

Krause, N., & Hayward, R. D. (2012). Self-Forgiveness and Mortality in Late Life. *Social Indicators Research*, *111*(1), 361–373. doi:10.1007/s11205-012-0010-3

Larsen, B. a, Darby, R. S., Harris, C. R., Nelkin, D. K., Milam, P.-E., & Christenfeld, N. J. S. (2012). The immediate and delayed cardiovascular benefits of forgiving. *Psychosomatic Medicine*, *74*(7), 745–50. doi:10.1097/PSY.0b013e31825fe96c

Lee, Y.-R., & Enright, R. D. (2009). Fathers' Forgiveness as a Moderator Between Perceived Unfair Treatment by a Family of Origin Member and Anger With own Children. *The Family Journal* , *17* (1 ), 22–31. doi:10.1177/1066480708328474

Lin, W.-F., Mack, D., Enright, R. D., Krahn, D., & Baskin, T. W. (2004). Effects of forgiveness therapy on anger, mood, and vulnerability to substance use among inpatient substance-dependent clients. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *72*(6), 1114–21. doi:10.1037/0022-006X.72.6.1114

Lobera, I. J., Ríos, P. B., & Casals, O. G. (2011). Parenting styles and eating disorders. *Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing*, *18*(8), 728–35. doi:10.1111/j.1365-2850.2011.01723.x

Maccoby, E. E. (1992). The Role of Parents in the Socialization of Children: An Historical Overview. *Developmental Psychology*, *28*(6), 1006–1017.

Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P. H. Mussen & E. M. Hetherington (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol 4. Socialization, personality, and social development* (4th ed., pp. 1–101). New York: Wiley.

Martínez, I., Fuentes, M. C., García, F., & Madrid, I. (2013). El estilo de socialización familiar como factor de prevención o riesgo para el consumo de sustancias y otros problemas de conducta en los adolescentes españoles. *Adicciones*, *25*(3), 235–242.

Martínez, I., García, J. F., & Yubero, S. (2007). Parenting styles and adolescents' self-esteem in Brazil. *Psychological Reports*, *100*(3 Pt 1), 731–45. doi:10.2466/pr0.100.3.731-745

McCullough, M. E. (2001). Forgiveness: Who Does It and How Do They Do It? *Current Directions in Psychological Science*, *10*(6), 194–197. doi:10.1111/1467-8721.00147

McCullough, M. E., & Hoyt, W. T. (2002). Transgression-Related Motivational Dispositions: Personality Substrates of Forgiveness and their Links to the Big Five. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *28*(11), 1556–1573. doi:10.1177/014616702237583

McNulty, J. K. (2010). Forgiveness increases the likelihood of subsequent partner transgressions in marriage. *Journal of Family Psychology : JFP : Journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, *24*(6), 787–90. doi:10.1037/a0021678

McNulty, J. K. (2011). The dark side of forgiveness: the tendency to forgive predicts continued psychological and physical aggression in marriage. *Personality & Social Psychology Bulletin*, *37*(6), 770–83. doi:10.1177/0146167211407077

Moraes, R., Camino, C., Costa, J. B., Camino, L., & Cruz, L. (2007). Socialização Parental e Valores: Um Estudo com Adolescentes. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, *20*(1), 167–177.

Musitu, G., & García, F. (2004). Consecuencias de la socialización familiar en la cultura española. *Psicothema*, *16*(2), 288–293.

Musitu, G., & García, J. F. (2005). Consequences of Family Socialization in the Spanish Culture. *Psychology in Spain*, *9*(1), 34–40.

Nietzsche, F. (1994). On the Genealogy of Morality, ed. *Keith Ansell-Pearson and Trans. Carol Diethe, 2nd Rev. ...*. doi:10.1017/UPO9781844653966.006

Paleari, F. G., Regalia, C., & Fincham, F. (2005). Marital quality, forgiveness, empathy, and rumination: a longitudinal analysis. *Personality & Social Psychology Bulletin*, *31*(3), 368–78. doi:10.1177/0146167204271597

Paleari, F. G., Regalia, C., & Fincham, F. D. (2009). Measuring offence-specific forgiveness in marriage: the Marital Offence-Specific Forgiveness Scale (MOFS). *Psychological Assessment*, *21*(2), 194–209. doi:10.1037/a0016068

Park, J.-H., Enright, R. D., Essex, M. J., Zahn-Waxler, C., & Klatt, J. S. (2013). Forgiveness intervention for female South Korean adolescent aggressive victims. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 1–9. doi:10.1016/j.appdev.2013.06.001

Patrick, R. B., & Gibbs, J. C. (2012). Inductive discipline, parental expression of disappointed expectations, and moral identity in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, *41*(8), 973–83. doi:10.1007/s10964-011-9698-7

Piko, B. F., & Balázs, M. Á. (2012). Authoritative parenting style and adolescent smoking and drinking. *Addictive Behaviors*, *37*(3), 353–6. doi:10.1016/j.addbeh.2011.11.022

Rique, J., & Camino, C. P. S. (2010). O Perdão Interpessoal em Relação a Variáveis Psicossociais e Demográficas. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, *23*(3), 525–532.

Rye, M. S., Loiacono, D. M., Folck, C. D., Olszewski, B. T., Heim, T. a., & Madia, B. P. (2001). Evaluation of the psychometric properties of two forgiveness scales. *Current Psychology*, *20*(3), 260–277. doi:10.1007/s12144-001-1011-6

Sampaio, L. R.; Guimarães, P. R. B.; Camino, C.; Formiga, N. S.; Menezes, I. G. (2011). Estudos sobre a dimensionalidade da empatia: tradução e adaptação do Interpersonal Reactivity Index (IRI). *Psico*, 42, PP. 67-76.

Santos, L. M. S. e. (2014, July). A relação entre os estilos de socialização materna e as concepções de perdão em adolescentes. João Pessoa, PB: Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba. doi:10.1002/cplu.201490022

Sorkhabi, N. (2005). Applicability of Baumrind's parent typology to collective cultures: Analysis of cultural explanations of parent socialization effects. *International Journal of Behavioral Development*, *29*(6), 552–563. doi:10.1177/01650250500172640

Steiner, M., Allemand, M., & McCullough, M. E. (2012). Do agreeableness and neuroticism explain age differences in the tendency to forgive others? *Personality & Social Psychology Bulletin*, *38*(4), 441–53. doi:10.1177/0146167211427923

Tabak, B. a, & McCullough, M. E. (2011). Perceived transgressor agreeableness decreases cortisol response and increases forgiveness following recent interpersonal transgressions. *Biological Psychology*, *87*(3), 386–92. doi:10.1016/j.biopsycho.2011.05.001

Toussaint, L. L., Owen, A. D., & Cheadle, A. (2012). Forgive to live: forgiveness, health, and longevity. *Journal of Behavioral Medicine*, *35*(4), 375–86. doi:10.1007/s10865-011-9362-4

Toussaint, L. L., Williams, D. R., Musick, M. A., & Everson, S. A. (2001). Forgiveness and Health: Age Differences in a U.S. Probability Sample. *Journal of Adult Development*, *8*(4), 249–257.

Waltman, M. a., Russell, D. C., Coyle, C. T., Enright, R. D., Holter, A. C., & M. Swoboda, C. (2009). The effects of a forgiveness intervention on patients with coronary artery disease. *Psychology & Health*, *24*(1), 11–27. doi:10.1080/08870440801975127

# ANEXOS

# ANEXO A

## Escala de Felicidade Subjetiva

Instruções: Para cada uma das seguintes afirmações ou perguntas faça, por favor, um círculo em torno do número da escala que você pensa ser o mais apropriado para descrevê-lo. Você pode escolher qualquer número de 1 a 7.

1. Em geral eu me considero:

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Uma pessoa não muito feliz | | | Nem infeliz, nem feliz | | | Uma pessoa muito feliz |

2. Comparado à maioria dos meus colegas/amigos, eu me considero:

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos feliz | | | Nem menos feliz, nem mais feliz | | | Mais feliz |

3. Algumas pessoas, de maneira geral, são muito felizes. Elas aproveitam a vida independentemente do que esteja acontecendo, conseguindo o máximo de cada situação. Em que medida essa caracterização descreve você?

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nem um pouco | | | Nem pouco, nem muito | | | Muito |

4. Algumas pessoas, de maneira geral, **não são muito felizes**. Embora não estejam deprimidas, elas nunca parecem tão felizes quanto poderiam ser. Em que medida essa caracterização descreve você?

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nem um pouco | | | Nem pouco, nem muito | | | Muito |

## ANEXO B

### Escala de Satisfação com a Vida (Diener et al. 1985, adaptada por Gouveia, Milfont, Fonseca, & Coelho, 2009)

Abaixo você encontrará cinco afirmações com as quais pode ou não concordar. Usando a escala de resposta a seguir, que vai de 1 a 7, indique o quanto concorda ou discorda com cada uma. Marque um número ao lado da afirmação, segundo sua opinião. Por favor, seja o mais sincero possível nas suas respostas.

| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Discordo totalmente | Discordo | Discordo ligeiramente | Nem concordo, nem discordo | Concordo ligeiramente | Concordo | Concordo totalmente |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima ao meu ideal. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| As condições da minha vida são excelentes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| Estou satisfeito(a) com a minha vida. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero da vida. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

## ANEXO C

## Questionário de Sentido de Vida – Versão Brasileira (QSV-BR)

Tire um momento para pensar sobre os elementos que fazem sua vida parecer importante para você. Responda às afirmações abaixo da forma mais sincera e precisa que puder. Lembre-se que são questões muito pessoais e que não existem respostas certas ou erradas. Responda de acordo com a escala abaixo:

| Totalmente falsa | Geralmente falsa | Um pouco falsa | Nem falsa, nem verdadeira | Um pouco verdadeira | Geralmente verdadeira | Totalmente verdadeira |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

1. ____ Eu entendo o sentido da minha vida.
2. ____ Estou procurando por algo que faça a minha vida ser significativa.
3. ____ Eu estou sempre procurando encontrar o propósito da minha vida.
4. ____ Minha vida tem um propósito claro.
5. ____ Eu tenho uma clara noção do que faz a minha vida ser significativa.
6. ____ Eu encontrei um propósito de vida satisfatório.
7. ____ Eu estou sempre procurando por algo que faça com que a minha vida seja significativa.
8. ____ Eu estou buscando um propósito ou uma missão para a minha vida.
9. ____ Minha vida não tem um propósito claro.
10. ____ Estou buscando sentido na minha vida.

Sintaxe do QSV-BR para criação das escalas “Presença de sentido” e “Busca por sentido”:

Presença de sentido: Itens 1, 4, 5, 6, & 9-invertido.
Busca por sentido: Itens 2, 3, 7, 8, & 10.

# ANEXO D

## Escala de Orientação para o Perdão

Como você lida com as injustiças da vida? Nós todos lidamos com as injustiças de uma maneira diferente, principalmente quando alguém nos ofende injustamente. Muitas vezes reagimos inicialmente após alguém nos magoar profundamente com surpresa, descrença, raiva, confusão etc., após isso nós geralmente tentamos lidar com o problema de outras formas. Podemos buscar a solução do problema pela justiça, pela vingança; podemos tentar esquecer a injustiça e relevar a ofensa etc. Como podemos também, perdoar a pessoa que nos ofendeu.

Agora vamos apresentar a você 15 situações de injustiças no âmbito interpessoal, muitas das situações talvez não tenham acontecido com você, mas pedimos que para cada situação de injustiça, se coloque no lugar da vítima e, primeiro, marque na escala o quanto você concorda que escolheria o **PERDÃO** para solução do conflito (Resposta Provável). Em seguida, marque o quanto você concorda que o **PERDÃO** é (ou deveria ser) a solução ideal para o problema (Resposta Ideal) mesmo que você não concorde em perdoar. Suas respostas serão confidenciais e contamos com sua sinceridade.

Escala:

| Não concordo | Concordo pouco | Não sei se concordo ou discordo | Concordo muito | Concordo plenamente |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

Exemplo:

| | Resposta Provável | | | | | Resposta Ideal | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Seu tio faz uma piada de mau gosto com você em uma festa, o que lhe deixa bastante envergonhado. | 1 | **2** | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | **4** | 5 |

*Nota: No exemplo acima, a pessoa concorda pouco que perdoaria o tio, embora concorde muito que esta deveria ser a solução ideal.* Agora responda considerando a escala acima:

| | Resposta Provável | | | | | Resposta Ideal | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.Seu melhor amigo (a) lhe trai no seu segredo mais íntimo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. O seu parceiro (a) romântico (a) vem mentindo pra você para se livrar de algumas obrigações. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. Seu chefe lhe demite sem aviso prévio. Você deve sair do trabalho amanhã. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4. Um parente seu lhe humilha na frente do seu superior. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5. Um estranho entra na sua casa e lhe rouba. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6. O seu parceiro (a) romântico (a) lhe trai no seu segredo mais íntimo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 7. Seu amigo do mesmo sexo rouba o seu parceiro (a) romântico (a). | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 8. Seu chefe parece lhe abusar pedindo sempre pra você fazer tarefas insignificantes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9. Um parente consistentemente quebra promessa lhe deixando sempre muito desapontado. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10. Um estranho atira em você e lhe deixa paralítico. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 11.Você vê um estranho bater em seu carro em um estacionamento e rapidamente ir embora. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 12.Seu chefe deu uma promoção para alguém menos qualificado que você. Você está agora em uma situação inferior a pessoa que foi promovida. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 13. O seu parceiro (a) romântico (a) tem um *affair* (um caso) fora do relacionamento. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 14. Um membro da família agride você fisicamente sempre que vocês brigam. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 15. Seu melhor amigo convida todos os outros amigos para uma festa importante. Você foi deliberadamente excluído. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

# ANEXO E

## Escala de Socialização Parental na Adolescência (ESPA-29)

A seguir, você encontrará uma série de situações que podem acontecer em sua família. Estas situações referem-se às formas como seus pais agem quando você faz alguma coisa. Leia atentamente as perguntas e responda a cada uma delas com a maior sinceridade possível.

**As pontuações que você vai utilizar vão de 1 até 4:**

**1 = nunca**

**2 = algumas vezes**

**3 = muitas vezes**

**4 = sempre**

Utilize a pontuação que você acredita que melhor corresponde à situação que você vive em sua casa. EXEMPLO:

| | | |
|---|---|---|
| **1**. Se eu tiro a mesa: | Demonstra-me carinho<br>3 | Não se preo- cupa comigo<br>2 |

*Se você colocou **3** no quadrado "Demonstra-me carinho", isto quer dizer que seu pai ou sua mãe demonstra-lhe carinho MUITAS VEZES quando você tira a mesa.*

*Se você colocou **2** no quadrado "Não se preocupa comigo", isto quer dizer que seu pai ou sua mãe mostra-se indiferente ALGUMAS VEZES quando você tira a mesa.*

Para cada uma das situações que serão apresentadas a seguir, avalie a reação de seu PAI e depois a de sua MÃE nos seguintes aspectos:

**DEMONSTRA-ME CARINHO**: Quer dizer que seu pai/sua mãe felicita você, diz que você fez muito bem, que está muito orgulhoso de você, dá um beijo em você, um abraço ou faz qualquer outra demonstração de carinho.

**NÃO SE PREOCUPA COMIGO**: Quer dizer que, mesmo que você faça bem as coisas, seu pai/sua mãe não se preocupa muito com você nem com o que você faz.

**FALA COMIGO**: Quando você faz algo que não está bom, seu pai/sua mãe faz você pensar sobre seu comportamento e leva você a refletir por que você não deve mais se comportar assim.

**TANTO FAZ**: Significa que seu pai/sua mãe sabe o que você fez e, mesmo que considere que não é certo o seu comportamento, não lhe diz nada, acha que é normal que você se comporte assim.

**RECLAMA COMIGO**: Quer dizer que seu pai/sua mãe reclama pelas coisas que estão mal feitas.

**BATE EM MIM**: Quer dizer que seu pai/sua mãe bate em você com a mão ou com qualquer objeto.

**RETIRA ALGO OU PROÍBE**: É quando seu pai/sua mãe tira algo de você que normalmente lhe dá, como retirar ou diminuir a mesada do fim de semana,

proibir você de ver televisão durante um tempo, impedir-lhe de sair do quarto ou coisas parecidas.

**Suas iniciais: _____ Idade _____ anos Sexo: __ (1 = Moça; 2 = Rapaz) Série: .....**

**Lembre-se! As pontuações que você vai utilizar vão de 1 até 4:**

**1 = nunca**

**2 = algumas vezes**

**3 = muitas vezes**

**4 = sempre**

# MINHA MÃE:

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **1**. | Se obedeço o que ela manda fazer | Demonstra-me carinho | Não se preo-cupa comigo | | | |
| **2**. | Se não estudo ou se não quero fazer os deveres do colégio | Tanto faz | Reclama comigo | Bate em mim | Retira algo ou proíbe | Fala comigo |
| **3**. | Se vem alguém visitar a minha casa e comporto-me educadamente | Não se preo-cupa comigo | Demonstra-me carinho | | | |
| **4**. | Se quebro ou estrago alguma coisa da minha casa | Reclama comigo | Bate em mim | Retira algo ou proíbe | Fala comigo | Tanto faz |
| **5**. | Se trago para casa o boletim no final do ano com boas notas | Demonstra-me carinho | Não se preo-cupa comigo | | | |
| **6**. | Se ando sujo(a) e desarrumado(a) | Bate em mim | Retira algo ou proíbe | Fala comigo | Tanto faz | Reclama comigo |
| **7**. | Se me comporto bem em casa e não atrapalho suas atividades | Não se preo-cupa comigo | Demonstra-me carinho | | | |
| **8**. | Se fica sabendo que quebrei ou estraguei alguma coisa de outra pessoa, ou na rua | Retira algo ou proíbe | Fala comigo | Tanto faz | Reclama comigo | Bate em mim |
| **9**. | Se trago para casa o boletim do final de ano com alguma recuperação | Fala comigo | Tanto faz | Reclama comigo | Bate em mim | Retira algo ou proíbe |
| **10**. | Se, ao chegar a noite, volto para casa no horário combinado, sem atraso | Demonstra-me carinho | Não se preo-cupa comigo | | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **11**. Se saio de casa para ir a algum lugar sem pedir permissão a ninguém | Retira algo ou proíbe | Fala comigo | Tanto faz | Reclama comigo | Bate em mim |
| **12**. Se fico acordado(a) até muito tarde, vendo televisão, por exemplo | Bate em mim | Retira algo ou proíbe | Fala comigo | Tanto faz | Reclama comigo |
| **13**. Se algum dos meus professores informa-lhe que me comporto mal na sala de aula | Reclama comigo | Bate em mim | Retira algo ou proíbe | Fala comigo | Tanto faz |
| **14**. Se cuido das minhas coisas e ando limpo(a) | Não se preocupa comigo | Demonstra-me carinho | | | |
| **15**. Se digo uma mentira e sou descoberto(a) | Tanto faz | Reclama comigo | Bate em mim | Retira algo ou proíbe | Fala comigo |
| **16**. Se respeito os horários estabelecidos em minha casa | Demonstra-me carinho | Não se preocupa comigo | | | |
| **17**. Se fico por aí com meus amigos ou amigas e chego tarde da noite em casa | Fala comigo | Tanto faz | Reclama comigo | Bate em mim | Retira algo ou proíbe |
| **18**. Se arrumo e cuido das coisas em minha casa | Não se preocupa comigo | Demonstra-me carinho | | | |
| **19**. Se brigo com algum amigo ou com algum dos meus vizinhos | Retira algo ou proíbe | Fala comigo | Tanto faz | Reclama comigo | Bate em mim |
| **20**. Se fico furioso(a) e perco o controle por algo que não deu certo ou por alguma coisa que ela não me deu | Bate em mim | Retira algo ou proíbe | Fala comigo | Tanto faz | Reclama comigo |
| **21**. Quando não como as coisas que colocam na mesa | Reclama comigo | Bate em mim | Retira algo ou proíbe | Fala comigo | Tanto faz |
| **22**. Se meus amigos ou qualquer outra pessoa dizem-lhe que sou um(a) bom(a) companheiro(a) | Demonstra-me carinho | Não se preocupa comigo | | | |
| **23**. Se fala com algum dos meus professores e recebe alguma informação do colégio dizendo que me comporto bem | Não se preocupa comigo | Demonstra-me carinho | | | |
| **24**. Se estudo bastante e faço os deveres e trabalhos que me mandam no colégio | Demonstra-me carinho | Não se preocupa comigo | | | |
| **25**. Se atrapalho dentro de casa e não deixo que meus pais vejam as notícias ou o jogo de futebol | Tanto faz | Reclama comigo | Bate em mim | Retira algo ou proíbe | Fala comigo |
| **26**. Se sou desobediente | Fala comigo | Tanto faz | Reclama comigo | Bate em mim | Retira algo ou proíbe |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **27**. Se como tudo o que colocam na mesa | Não se preo-cupa comigo | Demonstra-me carinho | | | |
| **28**. Se não falto à aula nunca e chego todos os dias pontualmente | Demonstra-me carinho | Não se preo-cupa comigo | | | |
| **29**. Se alguém vem visitar minha casa, e eu faço barulho ou chateio | Retira algo ou proíbe | Fala comigo | Tanto faz | Reclama comigo | Bate em mim |

***Por favor, verifique se você respondeu a todas as questões.***

# ANEXO F

## Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Senhor(a),

Esta é uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Sócio-Moral (NPDSM) da Universidade Federal da Paraíba, e tem por objetivo conhecer de que modo os jovens solucionam conflitos interpessoais. Esta pesquisa está sendo conduzida por Thiago Francisco de Andrade, aluno do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, sob a orientação do Prof. Dr. Júlio Rique Neto, e poderá contribuir posteriormente com ações educativas e comunitárias.

Neste termo de consentimento, pedimos a sua permissão para participar nesta investigação, bem como para a apresentação dos resultados desse estudo em eventos da área da psicologia. Informamos que esta pesquisa não envolve riscos previsíveis à sua saúde ou integridade física. As pessoas que aceitarem terão que preencher um questionário, no qual constam diversas perguntas referentes a diferentes variáveis sociais, econômicas e relacionais. A colaboração nesta pesquisa não demorará mais que 30 minutos. Sua participação será **ANÔNIMA**. Dessa forma, seu nome não aparecerá de nenhum modo nos questionários, nem nas publicações que esta pesquisa produzirá. Os questionários terão um código desde o início que substituirá seus nomes. Logo, os dados produzidos pelos questionários serão transplantados para uma base de dados. Esta base de dados será usada para realizar diversas análises que permitam responder as perguntas formuladas no projeto. Com as análises realizadas, se escreverão relatórios de pesquisa e artigos científicos que serão publicados em revistas especializadas. Garantimos ao(à) senhor(a) a **ABSOLUTA CONFIDENCIALIDADE** da informação. O(A) senhor(a) poderá, também, deixar de responder a qualquer momento este questionário, se assim desejar, sem que por isso receba punição de qualquer tipo. Mesmo assim, se o(a) senhor(a) considerar pertinente, pode recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP-HULW) da UFPB para resguardar seus direitos, caso o(a) senhor(a) considere que estes foram violados de alguma forma.

Por último, se o(a) senhor(a) aceitar participar, por favor, preencha este termo de consentimento, assine-o e devolva uma cópia à pessoa que lhe solicitou esta autorização.

Os pesquisadores responsáveis ficarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) sobre a pesquisa e dou o meu consentimento para participar da mesma.

_____

Assinatura do Participante da Pesquisa

_____

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor contatar o pesquisador responsável **Thiago Francisco de Andrade** (thiagoandradepsi@gmail.com; 83 – 9642-4099/8892-3653) ou Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

_____

Assinatura do Pesquisador Responsável

_____

Assinatura do pesquisador participante